

PRODUTORES FLORESTAIS



N.º 2 Setembro / Outubro 2020 www.produtorestatais.pt



A FORÇA DA FLORESTA NACIONAL

págs. 4 a 13

- 100 mil postos de trabalho
- 24 mil empresas
- 400 mil proprietários
- 5% da riqueza nacional (PIB)
- 10% das exportações de bens
- 36% do território

ÍNDICE

A importância da floresta em Portugal
– retrato e impacto socioeconómico
págs. 4 a 11

Como evoluiu a floresta nacional no último século
págs. 12 e 13

Entrevista a Luís Damas, presidente da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais
págs. 14 a 17

Arrendamento florestal
– gestão profissional em Pedrógão Grande
págs. 18 a 23

Rearborização no minifúndio com menos custos
págs. 24 a 27

AFLOSOR – Associação dos Produtores Agroflorestais da Região de Ponte de Sor
págs. 28 e 29

Narciso Vieira, sapador florestal
págs. 30 e 31

Todos pela floresta
– Lançamento do projeto “Produtores Florestais”
págs. 32 a 35

Consultório Técnico
– Vantagens da certificação nos terrenos florestais
págs. 36 e 37

Lista de entidades certificadoras em Portugal
pág. 38

Tecnologias de informação no apoio à gestão e organização florestal, por Luís Roxo Almeida
pág. 39

O papel das florestas na defesa do clima
págs. 40 e 41

Notícias
págs. 42 a 45

Três perguntas a Carlos Bernardes, presidente da Camara Municipal de Torres Vedras
+ Agenda
pág. 46

Opinião – Pedro Ferraz da Costa
pág. 47

ULME (CHAMUSCA)

Na propriedade de Vila de Rei, a proteção da floresta também é feita com recurso ao pastoreio nas faixas de gestão de combustível. Até ao final da primavera, uma manada de gado bovino ajuda no controlo dos matos, essencial na prevenção dos fogos florestais, numa atividade pecuária que também contribui para a recuperação da fertilidade do solo. Trata-se de um projeto desenvolvido pelo ICAAM (Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas) da Universidade de Évora, em parceria com a The Navigator Company.





FLORESTA EM PORTUGAL

UM RECURSO ESSENCIAL AO PAÍS

O Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030 não deixa dúvidas: a floresta é vista como um valor económico, ambiental e social indispensável para a coesão territorial. Os números mostram porque este recurso natural é essencial ao País. Os negócios da floresta representam 5% da riqueza nacional (PIB), 10% das exportações de bens e um saldo positivo de 2,5 mil milhões de euros na balança comercial. Já o setor mobiliza cerca de 24 mil empresas, mais de 100 mil postos de trabalho, e está na base da liderança internacional que Portugal exhibe nas fileiras do papel e da cortiça. Mas será que estamos a aproveitar todo o potencial que a floresta oferece?



UM TERÇO DE PORTUGAL É FLORESTA

A floresta ocupa 36% do uso do solo em Portugal continental, numa extensão superior a três milhões de hectares. Os números estão no Inventário Florestal Nacional, apresentado em 2019, e colocam Portugal perto da média europeia, de 37,9%. A última avaliação feita pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) mostra uma inversão da tendência de diminuição da área de floresta, que se verificava desde 1995, registando-se um aumento de 59 mil hectares (1,9%) face a 2010 (data do relatório anterior).

Já no regime de propriedade, Portugal apresenta especificidades que o distinguem da generalidade dos países europeus: 84,2% da floresta em Portugal encontra-se na posse de privados, 13,8% em terrenos comunitários e apenas 2% em áreas do Estado. Neste panorama destaca-se o minifúndio, responsável pelos mais de 400 mil proprietários que existem em Portugal, e a baixa taxa de associativismo, pois as organizações florestais só abrangem cerca de 65 mil proprietários associados, como referido na atualização da Estratégia Nacional para a Florestas, apresentada em 2015.

A floresta nacional distingue-se da generalidade dos países europeus, pelo facto de ser maioritariamente (98%) propriedade privada.

Eixo económico e social estratégico

Por tudo o que representa, a floresta é um dos eixos estratégicos para os desafios que Portugal enfrenta no futuro próximo. O recente Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030 deixa claro “a necessidade de uma floresta mais ordenada, biodiversa e resiliente, capaz de prestar serviços ambientais, de sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas e reduzir significativamente a severidade da área ardida”.

Um caminho que se faz com melhor gestão, mas também com a rentabilização do espaço florestal. “Com 98% da floresta nacional privada, a remuneração dos múltiplos bens e serviços prestados pelas florestas não só promoverá a sua proteção, como poderá constituir uma forma complementar de rendimento dos proprietários florestais, permitindo a rentabilização do seu investimento”, defende o gestor António Costa Silva na Visão Estratégica que apresentou ao Governo, em julho, visando a recuperação económica e social de Portugal pós-COVID-19. **PF**

FORTE IMPACTO NA ECONOMIA

A valorização da floresta tem estado na agenda nacional pela importância que esta representa para o ordenamento e proteção do território, à qual acresce ainda o impacto que esta tem na economia, como base de três fileiras industriais desenvolvidas (pinho, sobre e eucalipto). No seu papel de monitorização da economia, a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) reconhece “o contributo significativo das indústrias de base florestal – madeira, cortiça, pasta e papel – para a criação de valor e para o Produto Interno Bruto (PIB)”.

Os números mais recentes da DGAE fazem o retrato do setor que, em 2018, registou um volume total de negócios (nas indústrias florestais) de 10 060 milhões de euros, o que representou 4,93% do Produto Interno Bruto (PIB). Na base desta cadeia, a silvicultura e a exploração florestal representaram, também em 2018, um valor total de 1 379 milhões de euros, correspondente a perto de 0,7% do Produto Interno Bruto, segundo as Contas Económicas da Silvicultura, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

Uma cadeia de valor relevante

No seu conjunto, as atividades silvícolas, a indústria e o comércio de base florestal constituem uma cadeia de valor com um peso estruturante em toda a economia portuguesa, mobilizando cerca de 24 mil empresas (2% do total nacional). Os dados resultam do cruzamento das Estatísticas de Emprego do INE e da Síntese Económica Setorial do ICNF, e apontam para perto de 8 mil empresas na silvicultura, cerca de 10 mil na indústria e perto de 6 mil nas atividades de comércio de base florestal.

Números que atestam a importância da floresta para a riqueza nacional, como considera António Gonçalves Ferreira. “É uma floresta com potencial de viabilidade económica, sendo a rentabilidade a maior garantia da sua função em termos sociais, criando emprego e fixando população, e dos ganhos ambientais que pode proporcionar”, defendeu recentemente o presidente da União da Floresta Mediterrânica (UNAC).

O destaque da atividade industrial

Todas as áreas da economia da floresta têm impacto direto e indireto nas contas nacionais, mas é quando olhamos para as indústrias que os números ganham maior peso. Em 2018, os grandes setores industriais com base em matérias-primas florestais (pasta e papel, cortiça, madeira e mobiliário) reuniam um total de 10 049 empresas, as quais foram responsáveis por um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 2,5 milhões de euros, ou seja, 1,25% do Produto Interno Bruto e 11,30% do total da indústria transformadora.

A atividade industrial traduz, naturalmente, o peso mais relevante nas contas nacionais, mas as atividades silvícolas (setor primário) apresentam igualmente um impacto económico importante. Se as medirmos juntas, verificamos que representaram, em 2018, um VAB de 3 420 milhões de euros, ou seja, cerca de 1,7% do total nacional. A atividade industrial representou 74% deste valor.

Do cruzamento das estatísticas com os grandes números resulta um retrato do impacto económico, sendo certo que os dados não refletem tudo aquilo que a floresta nos dá noutras atividades da economia florestal, tais como o turismo, a biomassa ou os produtos florestais não lenhosos, como a castanha, o pinhão, o mel, os cogumelos silvestres ou as plantas aromáticas e medicinais. **PF**

NÚMEROS

3 fileiras silvo-industriais (eucalipto, pinho e sobre)

€10 mil milhões de volume de negócios das indústrias de base florestal (5% do PIB em 2018, sendo que a indústria de pasta e papel representa 2,3% do PIB)

€2,5 mil milhões de Valor Acrescentado Bruto (VAB) para o país em 2019

€1,7 mil milhões de volume de negócios na silvicultura e exploração florestal (0,7% do PIB em 2018)

Fontes: DGAE 2020; INE/ICNF
Contas Económicas da Silvicultura 2018



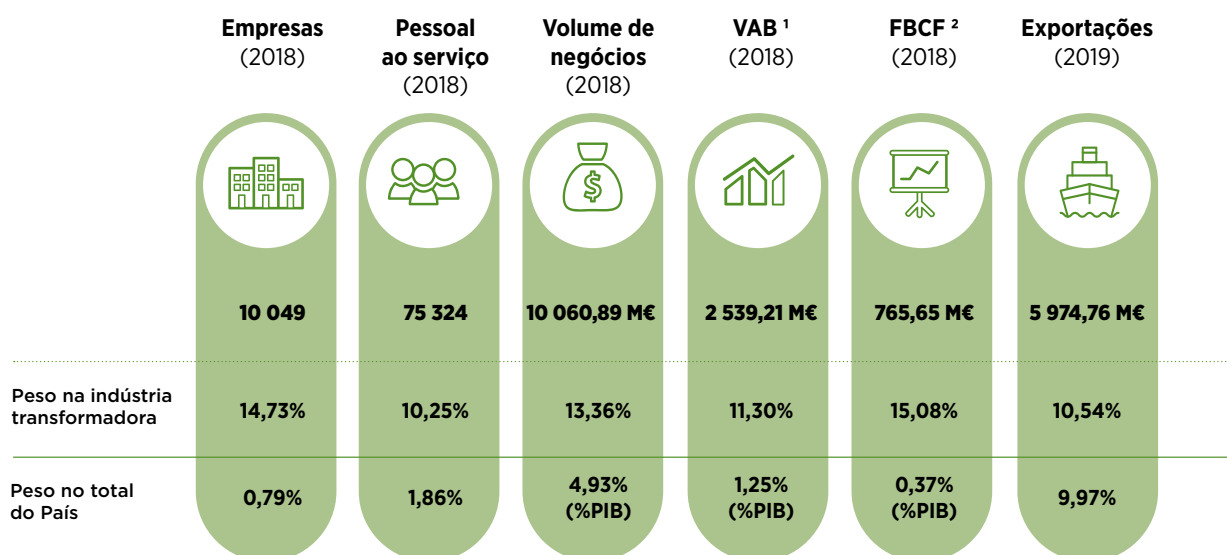
O PESO DA PASTA E DO PAPEL

No universo das indústrias de base florestal, é o subsetor da pasta e papel (fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos) que tem o maior peso em volume de negócios, com o equivalente a 4 658 milhões de euros. Os números são de 2018 e revelam também 2 595 milhões de euros em exportações, ou seja, quase 43% do total da indústria de base florestal e 4,3% das exportações nacionais de bens.

“Nos últimos 20 anos, as empresas associadas da CELPA aumentaram a produção de pastas virgens em 61% e de papéis em 84%, representando cerca de 5% das exportações de mercadorias nacionais e 1% do PIB nacional. Através de quatro mil postos de trabalho diretos, e mais de 30 mil indiretos e induzidos, a indústria contribui para a qualidade de vida, fixação das populações no meio rural e criação de riqueza para o país”, afirma Luís Veiga Martins, diretor-geral da CELPA (Associação da Indústria Papeleira), no retrato que fez do setor da pasta e papel para a “Portugal Global”, da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).

O retrato dos números não reflete tudo aquilo que a floresta nos dá noutras atividades da economia florestal, tais como o turismo, a biomassa ou os produtos florestais não lenhosos.

OS NÚMEROS DA INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL EM PORTUGAL



(1) O Valor Acrescentado Bruto (VAB) é o valor bruto da produção, deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo; (2) A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mede o capital investido pelas empresas em ativos (máquinas, equipamentos e material de construção) destinados à produção de bens.

Fonte: Estatísticas setoriais da Direção Geral das Atividades Económicas - As Indústrias de Base Florestal em Portugal, maio 2020

VALOR ACRESCENTADO NAS EXPORTAÇÕES

O economista Daniel Bessa destaca as exportações como “um desígnio maior da economia e da sociedade portuguesa, que não dispõe de outro meio de crescer de forma saudável, ou sustentável”. Em artigo de opinião no nº 1 da “Produtores Florestais”, o antigo ministro da Economia sublinhou mesmo a importância do setor florestal nesta matéria, pois “o valor acrescentado nacional incorporado na exportação de 1 euro de produtos de cortiça, de papel ou de pasta para papel, é muito superior ao incorporado na generalidade dos produtos industriais”.

Em 2019, segundo os dados mais recentes da Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), as exportações de bens das indústrias da fileira florestal atingiram os 5 974 milhões de euros, representando cerca de 10,54% do total de toda a indústria transformadora e cerca de 10% do total das exportações portuguesas. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu, assim, os 193,70%, isto é 20,6 pontos percentuais acima da taxa registada em 2010, sendo uma das mais relevantes de toda a economia portuguesa. Analisando o total do setor florestal – juntando as matérias-primas e os produtos industriais –, verifica-se que o saldo da balança comercial foi sempre excedentário no quinquénio 2015-2019, com um valor médio anual de 2,5 mil milhões de euros (2 561 milhões em 2019).

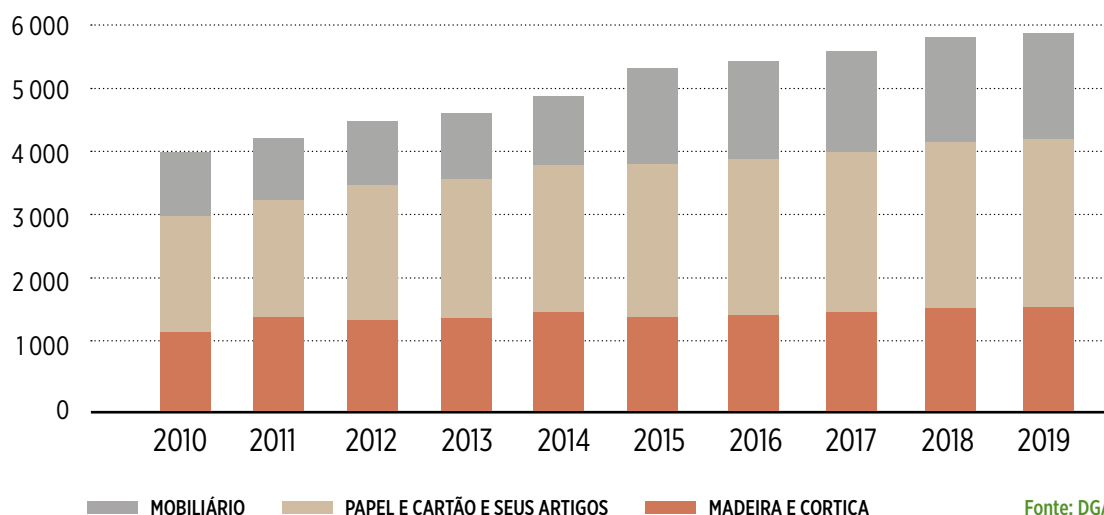
Défice nas matérias-primas

Mas enquanto no setor industrial as exportações superam largamente as importações, o cenário é diferente na análise às matérias-primas. As Contas Económicas da Silvicultura, do INE, assinalam que, apesar de as exportações destes materiais registarem aumentos sucessivos desde 2016, atingindo o valor de 63,2 M€ em 2019, as importações apresentaram também tendência de crescimento no mesmo período, atingindo 298,8 M€ no ano passado (+2,1% que em 2018).

Deste cenário resulta claro que a floresta portuguesa reúne um potencial de produtividade por realizar, como o atesta o facto de a indústria do setor ter de recorrer parcialmente à importação de matéria-prima, o que configura oportunidades perdidas para os produtores locais. A produção florestal de eucalipto em Portugal, por exemplo, não tem acompanhado o aumento internacional da procura pelos seus produtos e o conseqüente crescimento da indústria, o que tem exigido importações de cerca de 250 M€/ano, de espécies de eucalipto de qualidade inferior. **PF**

A produção florestal de eucalipto em Portugal não tem acompanhado o aumento internacional da procura pelos seus produtos e o conseqüente crescimento da indústria.

EXPORTAÇÕES DAS INDÚSTRIAS DA FILEIRA FLORESTAL (2010-2019)



SETOR POTENCIADOR DE EMPREGO

Base de um setor com elevado impacto na economia nacional, alicerçado nas fileiras do sobro (cortiça), pinho (mobiliário e construção) e eucalipto (pasta e papel), a floresta representa, por isso, uma oportunidade para a recuperação do interior e da economia rural, que nos últimos 50 anos perdeu mais de 60% das pessoas ativas (sobretudo na agricultura) e hoje concentra apenas 5% da população total do país.

Com cerca de 24 mil empresas (2% do total nacional) distribuídas pelos vários setores de atividade (silvicultura, indústria e comércio de base florestal), a fileira florestal é constituída na sua esmagadora maioria por empresas de reduzida dimensão – mesmo no setor industrial, onde cerca de 86% têm menos de 10 pessoas ao serviço –, e apresenta uma dispersão geográfica assinalável, com 80% das empresas repartidas por vários distritos das regiões norte e centro. Um pendor regional que o anterior presidente do Conselho Económico e Social (CES), António Correia de Campos, salientou no debate público sobre a “Economia da Floresta e o Ordenamento Territorial”, ao descrever a floresta como “um importante recurso territorial, o qual poderia ser motor de mais desenvolvimento, de mais criação de riqueza e de mais emprego, sobretudo no interior do país”. Os dados do setor vão ao encontro de uma das tendências mais marcantes da economia da floresta em todo o mundo: este é um dos poucos setores em que as comunidades vivem nos principais locais de produção. Nesse sentido, a aposta no valor da floresta pode assumir-se como um elemento de coesão territorial e combate à desertificação, bem como na promoção de melhor floresta. **PF**

NÚMEROS

100 000 empregos diretos
(2% da população ativa)

24 mil empresas (silvicultura, comércio de base florestal e indústria)

10% das exportações nacionais de bens em 2019

€299 milhões gastos em importações em 2019

Fontes: DGAE 2020; INE/ICNF
Contas Económicas da Silvicultura 2018

CRESCIMENTO SUSTENTADO NA INDÚSTRIA

Setor da economia nacional responsável por mais de 100 mil postos de trabalho diretos, é na área industrial que a floresta apresenta maior concentração de emprego. Os números da DGAE, relativos a 2018, mostram que as indústrias ligadas à floresta tinham ao serviço 75 324 pessoas, o que representava mais de 10% do total da indústria transformadora e 1,86% do total do pessoal das empresas nacionais nesse ano. E apesar de o número de empresas ter diminuído entre 2012 e 2017 – menos 1 274 –, o número de empregos na indústria de base florestal tem registado um crescimento sustentado entre 2014 e 2018, com mais 8 313 postos de trabalho.

A fileira florestal é constituída na sua esmagadora maioria por empresas de reduzida dimensão e apresenta uma dispersão geográfica assinalável, com 80% das empresas repartidas por vários distritos das regiões norte e centro.



AS MISSÕES AMBIENTAIS DA FLORESTA



Sem prejuízo das soluções produtivas que as florestas permitem e as necessidades económicas e sociais exigem, a importância ambiental abrange todas as funções que os espaços florestais cumprem. A floresta é o principal eixo terrestre da produção de oxigénio e de remoção

de carbono da atmosfera, com um papel fundamental no combate às alterações climáticas. Além disso, integra os ciclos da água e do solo e compõe alguns dos ecossistemas mais biodiversos que conhecemos. Na boa gestão que se faz na floresta está a garantia da sustentabilidade deste universo natural.

FUNÇÃO DE PRODUÇÃO

Na sua vertente lenhosa, a floresta é madeira, cortiça, fibra, mas também biomassa florestal que é valorizada para aumentar a autossuficiência energética do país e reforçar a produção de energia a partir de fontes renováveis. Em 2019, 5,5% da produção de eletricidade em Portugal teve como origem energia produzida através de biomassa, segundo divulgado no relatório anual da REN. Eficazmente valorizada pela indústria nacional da pasta e papel, a biomassa é um combustível ecológico relativamente aos combustíveis fósseis, que resulta da preparação da madeira para uso industrial (os desperdícios, como cascas e aparas) e da dissolução da lenhina da madeira (licor negro). Também se inclui neste conceito os sobrantes e resíduos da limpeza da floresta, que são, por si só, um importante contributo ambiental, ajudando na prevenção dos incêndios e na manutenção dos ecossistemas.

FUNÇÃO DE PROTEÇÃO

A floresta protege a rede hidrográfica, através da vegetação ribeirinha, que fixa as margens dos cursos de água e garante a qualidade da mesma. E defende o solo contra a erosão hídrica e as cheias, amortecendo a sua intensidade, ao mesmo tempo que permite a fixação e infiltração da água. Também protege da erosão eólica, fixando as areias móveis, e ajuda na produção de solo, tornando partículas maiores em mais pequenas. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade do solo, porque há decomposição de matéria orgânica que é incorporada na terra, pelo que também ajuda na recuperação de solos degradados. A proteção microclimática das florestas vê-se essencialmente nas cortinas de abrigo que forma, defendendo culturas agrícolas, pastagens e até equipamentos humanos de ventos fortes, salubrem marinha ou massas de ar frio. Outro aspeto é a captação de nevoeiros, vital nas regiões onde parte substancial dos recursos hídricos provém, exatamente, da interceção de nevoeiros.

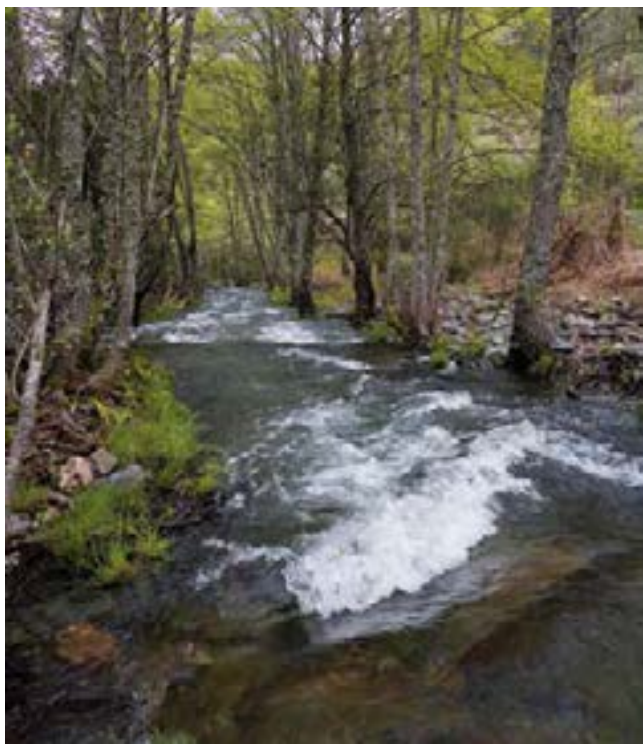
Em 2016, a floresta portuguesa removeu da atmosfera cerca de 8,5 milhões de toneladas de CO₂, um valor equivalente às emissões de 2,36 milhões de carros a percorrer uma distância igual ao perímetro da Terra.

FUNÇÃO DE CONSERVAÇÃO

A floresta protege a rede hidrográfica, através da vegetação ribeirinha, que fixa as margens dos cursos de água e garante a qualidade da mesma. E defende o solo contra a erosão hídrica e as cheias, amortecendo a sua intensidade, ao mesmo tempo que permite a fixação e infiltração da água.

Também protege da erosão eólica, fixando as areias móveis, e ajuda na produção de solo, tornando partículas maiores em mais pequenas. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade do solo, porque há decomposição de matéria orgânica que é incorporada na terra, pelo que também ajuda na recuperação de solos degradados.

A proteção microclimática das florestas vê-se essencialmente nas cortinas de abrigo que forma, defendendo culturas agrícolas, pastagens e até equipamentos humanos de ventos fortes, salsugem marinha ou massas de ar frio. Outro aspeto é a captação de nevoeiros, vital nas regiões onde parte substancial dos recursos hídricos provém, exatamente, da interceção de nevoeiros.



SEGURANÇA AMBIENTAL

Na proteção e segurança ambiental, as florestas filtram partículas e poluentes atmosféricos, especialmente em regiões densamente urbanizadas ou industriais, e fixam CO₂. Portanto, além de contribuírem para o ar que respiramos, através da fotossíntese, as áreas florestais representam também a nossa componente mais eficaz de remoção de CO₂ da atmosfera: devido à elevada capacidade de produção de biomassa vegetal, a floresta nacional apresenta uma grande eficiência no sequestro deste gás e de armazenagem de carbono, compensando mais de 10% das emissões de gases com efeito de estufa resultantes da atividade humana.

Em Portugal, o setor de Uso do Solo, Alteração do Uso do Solo e Florestas (LULUCF – Land Use, Land Use Change and Forestry) tem funcionado como sumidouro de carbono na maioria dos anos desde 1990, segundo dados dos Inventários Nacionais de 2016 e 2017. As maiores contribuições têm sido as remoções por parte das áreas florestais (8,5 milhões de toneladas de CO₂ em 2016) e a redução de emissões por parte das áreas agrícolas e áreas de prados e pastagens.

Em anos de grandes incêndios, como 2003, 2005 e 2017, o papel inverte-se e o setor funciona como emissor de gases de efeito de estufa. A prova de que, nesta parte ambiental, a floresta é um círculo: ajuda a cuidar do ambiente, mas precisa de ser gerida com sustentabilidade e responsabilidade ambiental para poder cumprir esta sua importante função. Principal sumidouro terrestre de carbono, a floresta precisa de uma gestão sustentável para melhor contribuir no objetivo do Roteiro de Descarbonização nacional, que aponta para emissões neutras de CO₂ em 2050. **PF**

A biomassa florestal é valorizada para aumentar a autossuficiência energética renovável do país. Em 2019, 5,5% da produção de eletricidade em Portugal teve como origem energia produzida através de biomassa.

FLORESTA NACIONAL CRESCEU O DOBRO NO ÚLTIMO SÉCULO

Em meados do século XIX Portugal estava praticamente desarborizado. Os esforços de reflorestação encetados posteriormente permitiram o desenvolvimento da área florestal em mais de 1,6 milhões de hectares nos últimos 120 anos.

A floresta é o principal uso do solo em Portugal, ocupando mais de um terço do território nacional, o que coloca o nosso país acima da média mundial, que se situa nos 30%. Esta marca nacional está sustentada num expressivo crescimento que duplicou a área de floresta nos últimos 120 anos – cerca de 18% do território nacional no início do século XX para os atuais 36% (3,2 milhões de hectares) –, um efeito em contraciclo com o que ocorreu no planeta, onde em cerca de 100 anos as florestas regrediram 20% (sobretudo África subsaariana, América Latina e Caribe), muito por influência da expansão da agricultura e da pecuária.

País de floresta fagossilva (onde predominavam árvores como os carvalhos do género *Quercus*, faias e castanheiros), Portugal perdeu progressivamente a sua floresta pelo aumento da população e a necessidade de madeira para a construção civil e combustível (lenha/carvão), pela necessidade de espaços para a agricultura e pastorícia, e ainda pela

elevada procura de madeira para a construção naval que sustentou, durante vários séculos, a vocação marítima do país. Em meados do século XIX, o solo nacional estava praticamente desarborizado, com uma área de floresta estimada em 640 mil hectares, que correspondia a 7% do território continental, segundo avaliação do cartógrafo militar Gerardo Pery em 1874.

Identificada a necessidade urgente de reflorestar o País, esta foi apoiada em duas espécies florestais: o pinheiro-bravo, de crescimento relativamente rápido e adaptável a solos degradados, plantado intensivamente no Norte e Centro em terreno baldios serranos e na fixação de dunas; e o eucalipto, árvore que se adaptou às condições edafoclimáticas do país, em especial no Centro-Norte Litoral e Sudoeste alentejano, e que a partir de meados do século XX passou a desempenhar uma importância económica estratégica, como matéria-prima para a produção de pasta para papel. **PF**



NÚMEROS

84% sob propriedade privada
(~400 000 proprietários) sendo
que o Estado detém apenas 2%

72% de espécies autóctones
(maioritariamente pinheiro-bravo e sobreiro)

36% de ocupação do território
nacional (31% do território é ocupado
por matos e pastagens)

34% de montados, sobreirais e azinhais
(30% de pinhal e 26% de eucalipto)

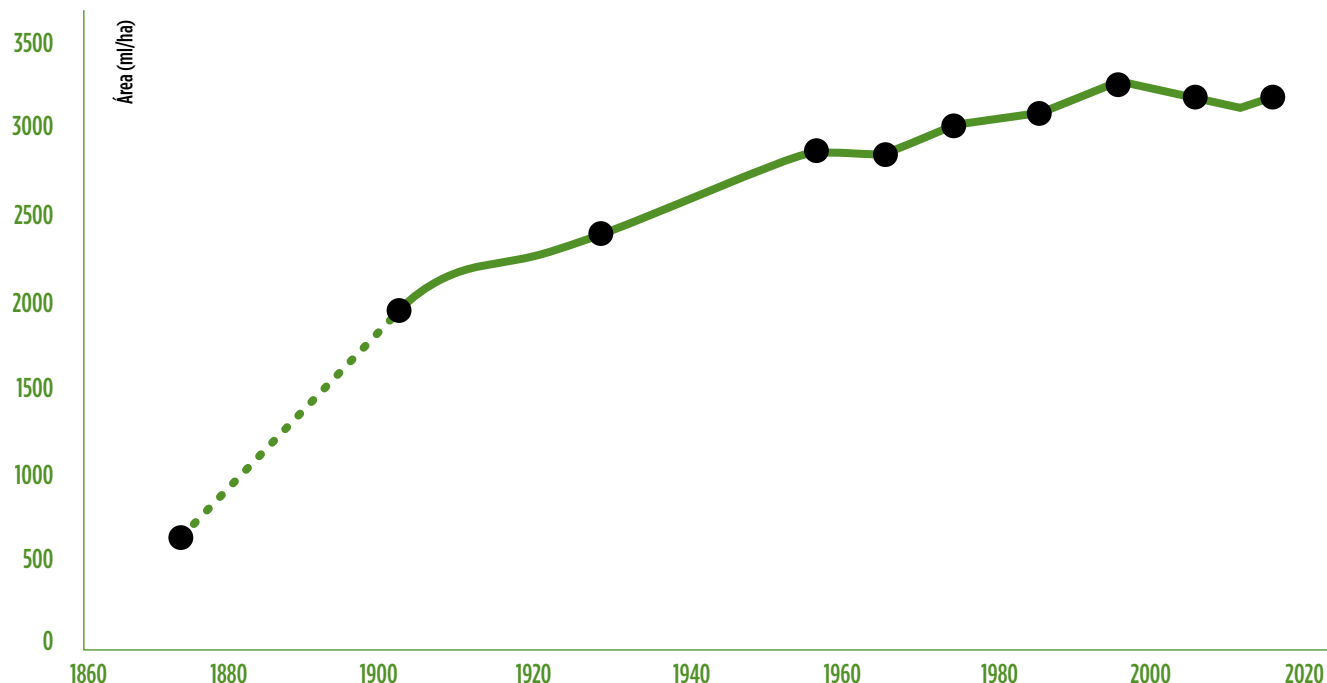
22% tem planos de gestão,
quando a média europeia é de 70%

20% são habitats classificados
com estatuto de conservação

Fontes: IFN/ICNF 2019; State of Europe's Forests 2015

O NOSSO MOSAICO

Maioritariamente constituída por espécies florestais autóctones (72%), a floresta do continente organiza-se em quatro grandes grupos: pinhais (pinheiro-bravo e pinheiro-manso); folhosas perenifólias (“montados”, sobreirais e azinhais); folhosas caducifólias (carvalhos, castanheiros e outras); e folhosas silvo-industriais (eucaliptos). Os “montados”, sobreirais e azinhais são a principal ocupação florestal, com cerca de um milhão de hectares e representando um terço da floresta.



Fontes: Pery, 1875. Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias com um Atlas (PERY, 1875); D'Almeida, 1918. O Problema Florestal Português. Associação Central de Agricultura Portuguesa; D'Almeida, 1928. Portugal Florestal. Conferência de Extensão Universitária Agrícola e Florestal, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1970; Inventário Florestal Nacional de 1965, 1974, 1985, 1995, 2005 e 2015.



ENTREVISTA A LUÍS DAMAS

“TEM DE HAVER CORAGEM DE PENSAR A FLORESTA A LONGO PRAZO”

“Nós, produtores florestais, temos de estar, hoje, a pensar para os nossos netos. Tem de haver coragem, também dos Governos, em pensar a floresta a longo prazo”. O desafio é lançado pelo presidente da direção da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF).

○ Nosso país tem ao nível florestal uma propriedade muito fragmentada, e quer nas políticas públicas quer privadas, com este minifúndio é difícil a rentabilização pelos pequenos proprietários. Para Luís Damas, presidente de uma federação que agrega 41 associações, num total de cerca de 15 mil proprietários e produtores, há que mudar estratégias e também mentalidades na floresta portuguesa. Em entrevista à “Produtores Florestais”, este responsável é perentório: “Há um grande potencial na floresta nacional. Somos um país com know-how florestal, temos excelentes empresas a nível mundial, tanto na cortiça como no papel e em madeiras. Nós somos bons, mas o Estado tem de ajudar”.

Como se vive a floresta em Portugal?

Portugal é um país pequeno, mas os problemas florestais são muito diversificados. A floresta de montado de sobro, de grandes dimensões, a sul, não tem nada a ver com o que se passa a norte do Tejo, onde predomina o minifúndio e o abandono. As políticas florestais não podem ser comuns, porque assim não chegam a todo o lado. As 41 associações que fazem parte da FNAPF têm um foco muito no centro-norte do país, e lutamos para termos uma voz ativa junto do Estado e das instituições que atuam na área florestal. Esta região tem sido abandonada pelas políticas florestais, e é por isso que sofre tanto com os incêndios. É para mudar isso que a Federação trabalha.

A fragmentação da propriedade dificulta a defesa da floresta?

Por um lado, há falta de gente no interior, o que leva ao abandono das terras. Por outro, a pequena dimensão interfere também na questão da produtividade: as pessoas, no minifúndio, não precisam da floresta para viver, isto é, o seu sustento não está ali. A parcela é demasiado pequena para sustentar uma família, e, ao mesmo tempo, o ciclo de incêndios, de dez em dez ou de 15 em 15 anos, vai acabar por fazer desaparecer esse rendimento. Enquanto a sul há famílias que vivem da floresta, porque a dimensão é maior e as políticas protegem essas florestas, mais a norte, quem pode investir na proteção são alguns proprietários com mais área – logo, que tiram mais rendimentos da floresta – e as empresas de celulose, porque têm interesse e uma política de manutenção estruturada. Os restantes, não investem. Porque os rendimentos são poucos e as possibilidades de desaparecerem por completo, num incêndio, são cíclicas.

Mas não é, exatamente, para agrupar e organizar esses pequenos produtores que existem as associações?

Claro. Mas não é assim tão linear. Vejamos o exemplo

“A floresta não é plantar e depois largar, é como um filho, que tem de ser criado e educado. O Estado quer mudar a paisagem, mas, na floresta, mudar a paisagem demora décadas, e isso só se consegue com incentivos, e não com leis ou obrigações.”

das ZIF (zonas de intervenção florestal), que foram criadas para resolver o problema da intervenção florestal em minifúndio: se olharmos para o país, as primeiras a serem constituídas foram a sul, onde era fácil angariar pessoas e grande dimensão. Três ou quatro produtores faziam logo uma ZIF. Mas foi muito mais difícil de fazer no centro e norte, porque a propriedade estava realmente muito dividida e para arranjar, na altura, 750 hectares, era muito complicado. E isto criou mais um desequilíbrio, porque toda a política de apoios passou a basear-se em quem tivesse ZIF e certificação florestal tinha majoração nos projetos. Para onde é que foi o dinheiro? Para quem estava organizado, para sul. Os produtores mais pequenos, maioritariamente do centro e norte, que não estavam organizados e não tinham capacidade de o fazer, ficaram fora desses investimentos. Junta-se a isto uma questão de mentalidade. Estas terras de pequena dimensão foram herdadas de pais e de avós, não é algo de que a família viva. É encarado como um rendimento extra, um suplemento. Como o ciclo do fogo começou a correr esta zona de minifúndio em dez, 15 anos, esse rendimento corre o risco de desaparecer, e as pessoas não estão para investir e deitar recursos fora.

O que se pode fazer para inverter esta situação?

A floresta não se compadece com ciclos de quatro anos de governação. É preciso uma política florestal que não mude ao sabor de quem está lá no momento. Tem de se pensar no futuro com visão. Numa perspetiva de investir neste interior do país com projetos de financiamento consistentes no tempo, para manter a floresta durante 20 ou 30 anos. Porque a floresta não é plantar e depois largar, é como um filho, que tem de ser criado e educado. O Estado quer mudar a paisagem, mas, na floresta, mudar a paisagem demora décadas, e isso só se consegue com incentivos, e não com leis ou obrigações. Porque os pequenos produtores florestais, que são a maioria, não têm uma rentabilidade que lhes permita esse investimento. É um trabalho de gerações. Mas a vida hoje é tão rápida, que as pessoas pensam é no dia de amanhã, em resolver os problemas de amanhã. Só que isso não funciona assim na floresta. ►

Nós, produtores florestais, temos de estar, hoje, a pensar para os nossos netos. Tem de haver coragem, também dos Governos, em pensar a floresta a longo prazo. A Federação tem este propósito. De fazer frente ao Estado, de lutar pelos apoios. Nós sabemos que os produtores não têm capacidade, só por si, no caso do minifúndio, de ter uma mancha com alguma relevância territorial. Por isso, mesmo que o pequeno produtor faça tudo o que deve, limpe tudo, proteja a sua área... se esta área for uma tira no meio de um oceano de floresta inculta, o fogo passa por ela como passa pelas outras que não tiveram qualquer intervenção. O nosso principal trabalho tem de ser este, de unir esforços entre os produtores.

Mas as leis são claras, e incluem a obrigatoriedade de limpeza da floresta pelos proprietários. Isso não está a ser cumprido?

Maioritariamente, está. As novas leis – e as novas multas – impuseram algumas mudanças de atitude. Mas é o Estado a colocar todo o ónus nos proprietários. Não lhes pode caber a eles, exclusivamente, defender os vizinhos ou uma população. Não podem ser eles responsáveis exclusivos pelos bens comuns, como aldeias, ou estradas. O Estado tem de os compensar. Porque é um custo anual. E grande. Neste aspeto, mais do que desordenamento florestal, acho que houve desordenamento urbano. Deixou-se construir tudo, em todo o lado. Aqui, no concelho de Abrantes, foi permitido construir um posto de combustível numa mancha florestal. Mas, em vez de se fazer depender a licença da compra de mais terreno, à volta, para que a segurança possa ser garantida, não: quem tem de manter a área limpa, para segurança desse posto de combustível, é o vizinho do lado, que, por acaso, tem ali um terreno e não foi tido nem achado na decisão de deixar construir ali uma bomba da gasolina. Outro exemplo é o das vivendas, que custaram 100 ou 200 mil euros a construir e que agora obrigam o coitado do produtor ao lado, que tem uma reforma de 200 ou 300 euros e muitas vezes nem sequer tem rendimentos do terreno em questão, a gastar dinheiro na limpeza porque o outro construiu lá uma vivenda. Que sentido é que isso faz?

“Mesmo que o pequeno produtor faça tudo o que deve, limpe tudo, proteja a sua área... se esta área for uma tira no meio de um oceano de floresta inculta, o fogo passa por ela como passa pelas outras que não tiveram qualquer intervenção.”

Existem vários fundos e apoios para a floresta.

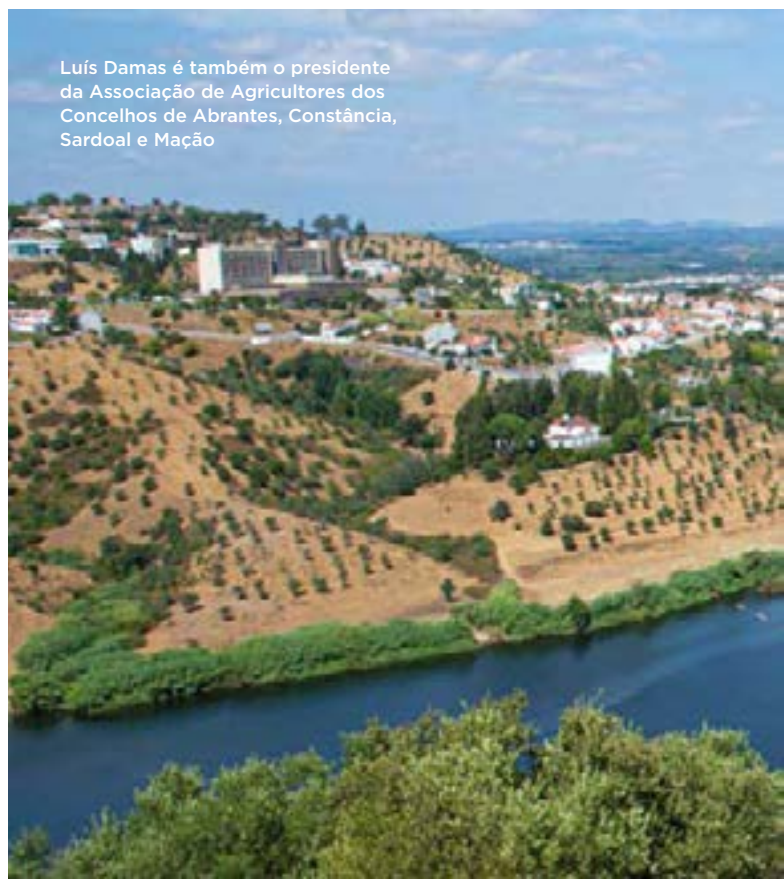
É difícil aceder-lhes?

Há muita burocracia. Exige-se tanto, que as pessoas não se querem meter nisso. O Estado tem de simplificar as coisas. Tem de ajudar em vez de complicar. Às vezes estamos três anos à espera da aprovação de um projeto, e passados dois pedem-nos novamente coisas que já entregámos, porque, claro, já passaram de prazo; as pessoas cansam-se. Os produtores florestais e as associações passam mais tempo a tratar de burocracia do que de técnica. O Estado tem de capacitar o ICNF ou passar a responsabilidade para as federações e as associações, para ajudar os produtores, simplificando. Se não tem capacidade, tem de delegar.

Qual é a fileira que mobiliza mais produtores?

Na área da FNAPF é a do eucalipto, seguida de muito perto pela do pinho. Apesar de o Estado limitar muito a expansão do eucalipto, nota-se que quando as pessoas vão investir dinheiro próprio (sem ser de fundos), investem em eucalipto. Tem um ciclo mais curto, que pode conseguir fugir ao fogo, e garante, também por isso, um retorno económico mais a curto prazo. Além disso, a fileira do eucalipto tem feito grande investimento em melhoramento de plantas, em preparação do solo, adubações, e tem investido também em passar esse know-how para os produtores. Nas outras fileiras não vemos esta preocupação. É também o único setor que tem proteção própria contra incêndios (a Navigator e a Altri). Salvam o património deles, mas também salvam o nosso. É o único setor florestal que vemos a dar bons exemplos aos produtores e a partilhar os seus conhecimentos.

Luís Damas é também o presidente da Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação



“A fileira do eucalipto tem feito grande investimento em melhoramento de plantas, em preparação do solo, adubações, e tem passado esse know-how para os produtores. Nas outras fileiras não vemos esta preocupação.”



O potencial da floresta portuguesa está a ser devidamente explorado?

Não. Temos 33% de matos... Mas há um grande potencial na floresta nacional. Somos um país com know-how florestal, temos excelentes empresas a nível mundial, tanto na cortiça como no papel e em madeiras. Nós somos bons, temos é de ter o Estado também a ajudar. Por exemplo, proibir a plantação de determinada espécie, como acontece com o eucalipto, só por proibir, é a coisa mais fácil que se consegue, sem querer pensar muito. Não temos de proibir a espécie de ser implementada, mas antes de arranjar regras para a implementar no território. Há quem tenha eucaliptal mal instalado, que nem devia lá estar, e há zonas que têm potencial para ter eucaliptal e não têm. E o país não é assim tão rico que possa desperdiçar esse recurso. É preciso estudar, organizar – e temos muito bons técnicos florestais para o fazer –

e redefinir onde se pode plantar e onde não se pode. Outro aspeto é que o potencial da floresta precisa de ser olhado para além dos produtos. Aqui na FNAPF, pretendemos que a valorização da floresta não seja apenas madeira, mel, cogumelos... Queremos que seja também a paisagem, o lazer, os benefícios ambientais. Acreditamos que a nova política da União Europeia para a floresta vai ter projetos com esta sensibilidade, mais ambiental, mais de proteção da paisagem, e isso também vai trazer algum rendimento ao produtor.

E a sociedade, no geral, está consciente desse potencial?

A floresta é muito falada no verão, por causa dos incêndios. Depois, quando tudo acalma e devíamos, efetivamente, parar para pensar e debater a floresta, nada acontece. A floresta faz tudo por nós. Mas o setor ainda não soube passar bem essa mensagem. **PF**



GESTÃO SUSTENTÁVEL

ARRENDAR PARA CUIDAR E VALORIZAR A FLORESTA



Manuel Aires Henriques possui 350 hectares de terrenos na região Centro, sendo que 115 ha estão sob gestão da Navigator

Manuel Aires Henriques é proprietário na região de Pedrógão Grande e desde 2014 que arrenda parte do seu património florestal à Navigator. “Tenho as minhas propriedades tratadas e protegidas, e adivinha-se maior produtividade”, diz.

Proprietário florestal desde os 16 anos, Manuel Aires Henriques abre o coração quando fala dos terrenos que possui nos concelhos de Pedrógão Grande, Sertã, Oleiros, Castanheira de Pêra e Góis: “Tenho uma grande paixão pela natureza, pela floresta e as árvores.” São mais de 350 hectares de eucalipto, sobreiro e pinho, muitos recebidos em herança e outros adquiridos ao longo do tempo, que ainda hoje, aos 82 anos, visita regularmente. “A floresta dá-nos melhor qualidade de vida e, por isso, gosto de ter o meu tempo ocupado nela”, acrescenta, evocando o passado dedicado à indústria da resina. Amante da escrita, já publicou quatro livros e continua fiel ao diário que mantém há mais de 40 anos, repositório de uma vida cheia, que também regista uma das melhores decisões que tomou relativamente à sua floresta.

Em 2014, assinou o primeiro contrato de arrendamento com a The Navigator Company, para que esta gerisse uma área de 20 hectares de eucalipto (com 18 parcelas) que possui no norte do concelho de Pedrógão Grande. “Quando era mais novo era eu que fazia a gestão, mas agora já começo a ter dificuldades. E como já conhecia a empresa, onde tive e tenho bons amigos, e a sua competência, decidi entregar-lhes a gestão florestal dos meus terrenos. Desta forma, tenho as minhas propriedades tratadas e protegidas”, adianta à “Produtores Florestais” Aires Henriques.

“O trabalho que os técnicos da Navigator fazem nos terrenos é bem feito. É uma técnica completa e profissional, na plantação, nas gradagens, na adubação, no controlo de pragas... Os terrenos melhoraram muito”, afirma Aires Henriques.

O primeiro de vários contratos

Depois do primeiro arrendamento, seguiram-se outros cinco em nome pessoal e das suas duas herdeiras, e, atualmente, já tem cerca de 115 hectares do seu património florestal arrendado à Navigator. “O trabalho que fazem nos terrenos é bem feito. É uma técnica completa e profissional, na plantação, nas gradagens, na adubação, no controlo de pragas. Os terrenos melhoraram muito, estão mais limpos e adivinha-se maior produtividade, o que também me agrada”, refere o proprietário, figura bem conhecida na região, sócio fundador e antigo presidente da direção da associação florestal APFLOR. ▶

BILHETE DE IDENTIDADE

PRODUÇÃO FLORESTAL:

6 áreas arrendadas à Navigator em Pedrógão Grande (20 ha em 2014 + 10 ha em 2017 + 70 ha em 2019, em três contratos que também incluem áreas no concelho de Góis + 15 ha em 2020, em fase de licenciamento)

PROPRIETÁRIOS: Manuel Aires Henriques e herdeiros

ÁREA: 115 hectares

MODELO DE GESTÃO:

Gestão florestal assegurada pela The Navigator Company, através de um contrato de arrendamento por 24 anos. A Companhia assegura todas as operações necessárias à exploração florestal, pagando uma renda fixa anual durante a duração do contrato.



“Estas parcerias com a indústria são importantes, pois não tem sido dada a devida atenção à floresta, que tem funções relevantes no aspeto ambiental e um enorme potencial no ramo das cortiças, das madeiras e da pasta de papel para as celuloses”, sublinha Aires Henrique. “A nossa floresta precisava de uma gestão capaz, que olhasse para as várias espécies. Temos terreno para eucalipto, sobreiro, carvalho, pinheiro, castanheiro, medronheiro... O problema é que a maior parte das terras estão a ficar abandonadas.”

Assumido defensor do “eucalipto devidamente ordenado”, aponta o falhanço da “política florestal que, ao proibir a plantação de eucalipto, tem levado ao abandono das matas e ao absentismo rural”, e critica as promessas de dinheiros públicos que nunca chegam à floresta. “Por exemplo, o Estado devia isentar de IMI os proprietários que fazem uma boa gestão florestal, mas também era importante uma lei que facilite o emparcelamento”, destaca.

A floresta que travou o fogo em 2017

Um passeio pela serra da Lousã permite distinguir entre as propriedades florestais que são geridas e os baldios que estão ao abandono e que potenciam o risco de incêndios. Em 2017, Aires Henriques viveu de perto o drama dos fogos que marcaram profundamente o país e entraram em algumas das suas propriedades. “Defendo que os terrenos deviam ser todos lavrados, e criados intervalos para evitar a propagação do fogo. Tenho áreas de eucaliptos novos onde o fogo andou à volta e estas não arderam”, revela, sublinhando o facto de uma das frentes do incêndio de Pedrógão Grande “ter parado junto ao arrendamento que tenho lá em cima”. Os aceiros e a limpeza da floresta fazem a diferença na prevenção dos incêndios, mas o nosso interlocutor acrescenta outro fator: “A Navigator tem uma brigada de sapadores – a Afocelca – muito eficaz. Ao contrário dos sapadores das associações, estes são profissionais, sempre em prontidão e ativos. Isso faz uma diferença muito grande na defesa da floresta.”

As áreas sob gestão profissional destacam-se pelo ordenamento, com aceiros e caminhos cuidados



“Tenho áreas de eucaliptos novos onde o fogo andou à volta e estas não arderam”, revela o proprietário, sublinhando o facto de uma das frentes do incêndio de Pedrógão Grande em 2017 “ter parado junto ao arrendamento que tenho lá em cima”.



Satisfeito por ver as suas terras cuidadas e tratadas, Manuel Aires Henriques ainda vai adquirindo terrenos nas redondezas, “especialmente quando são pegados aos que tenho”. E, claro, gosta de acompanhar as operações que lá são feitas. “Nos terrenos que não tenho arrendados à Navigator, tenho por vezes a GNR a avisar-me para ir limpá-los. Este ano já ali fizemos duas limpezas, mas alguns estão a precisar de serem limpos outra vez”, diz. Pelo trabalho que a floresta precisa, e também pelo facto de as filhas e os netos não olharem para este património da mesma forma, Aires Henriques desabafa: “O mais certo é ainda fazer novos arrendamentos com a Navigator.” O último contrato de arrendamento com a Navigator, o sexto desde 2014, foi celebrado este ano. São mais 15 hectares que estão em fase de licenciamento, num processo já conduzido pela empresa. **PF**

“HÁ PROPRIETÁRIOS COM MAIS DE 40 ANOS DE LIGAÇÃO À COMPANHIA”

Maior produtor privado nacional de floresta, a The Navigator Company gere propriedades de terceiros desde a década de 60, ainda antes da empresa ter adotado a designação Portucel-Soporcel. “Há proprietários com mais de 40 anos de ligação à Companhia, que agora já vão na 2ª e 3ª gerações”, afirma Susana Paulo Pereira, responsável da Navigator pela compra e arrendamento de terras em Portugal. Atualmente, a empresa tem sob gestão 109 mil hectares de floresta, sendo que cerca de 50 mil ha são arrendamentos.

- Como funcionam os contratos de arrendamento com a Navigator?

O processo é feito através de um contacto com o proprietário – ou este vem ter com um dos nossos técnicos – com a proposta da Companhia fazer toda a gestão da propriedade durante o período do contrato ou nós vamos ao seu encontro na fase de procura de novas oportunidades. Esta gestão inclui todas as operações necessárias, como a plantação com as melhores plantas, adubação, seleção de varas, controlo da vegetação, gradagens, proteção de incêndios, etc. Os contratos têm a duração variável de 12 a 25 anos, mas, normalmente, vão da plantação até ao segundo corte. Podem ser também realizados com plantações a meio do ciclo, com povoamentos com mais de 6 anos por exemplo, a que depois daremos seguimento à gestão daquele corte e futuros.

▼ Susana Paulo Pereira é a responsável da Navigator pela compra e arrendamento de terras em Portugal



- Qual a oferta de renda para os proprietários?

A renda pode ser fixa, pagando-se todos os anos uma quantia cujo valor acompanha o aumento da taxa de inflação. O valor desta renda é apurado após uma avaliação ao potencial do terreno em causa – quanto melhor, maior será a renda. A renda também pode ser variável e paga no momento de cada corte. Nestes casos, o valor é calculado pelo volume de madeira que vai para a fábrica, retirando os custos com corte, recheia e transporte, multiplicado pela percentagem acordada e pelo valor da madeira em pé nesse momento.

- Que terrenos são elegíveis?

Em virtude da legislação atual, só arrendamos terrenos que tenham eucalipto. Falamos de propriedades com 5 hectares, mas que não têm de ser contínuos. Também arrendamos propriedades inferiores a 5 hectares, desde que estejam junto a outras que estamos a gerir. Trata-se de uma mais-valia, pois permite-nos fazer uma exploração florestal em escala.

- Que benefícios podem esperar os proprietários?

Os proprietários não têm de se preocupar com nada. Fazemos a gestão da área que ficar no contrato e se houver algum auto por parte da GNR em termos de gestão de combustíveis, vulgarmente indicado como a limpeza das florestas, somos nós que avaliamos a situação e responderemos por ela. Fazemos toda a gestão, desde o licenciamento quando é necessário replantar, e asseguramos a vigilância e combate aos incêndios através de um dispositivo próprio e profissional, que é partilhado com a Altri – a Afocelca. Para além do desenvolvimento produtivo da floresta, a nossa gestão implica também a construção de caminhos e aceiros, que são benfeitorias que ficarão nas propriedades depois do final do contrato. **PF**

O contrato de arrendamento com a Navigator inclui todas as operações necessárias na gestão do terreno, como a plantação, adubação, seleção de varas, controlo da vegetação, gradagens, e até a proteção, prevenção e combate de incêndios.



Amândio Pinto,
presidente dos
Compartes de Linhares

GESTÃO DE NORTE A SUL

A The Navigator Company gere um património florestal distribuído por 172 concelhos, do Minho ao Algarve, sendo que 45% da área total pertence a terceiros. São perto de 2 000 proprietários que entregaram à Companhia a gestão florestal das suas propriedades.



Nélson Sérgio,
proprietário florestal
em Monchique

No Minho, o baldio comunitário de Linhares, presidido por Amândio Pinto, é um dos exemplos de boa gestão florestal, cujo arrendamento à Navigator tem contribuído para o desenvolvimento agropecuário e a preservação da floresta autóctone da freguesia. A renda fixa por 24 anos, de um eucaliptal produtivo com 80 hectares, reverte para a comunidade local, que ainda beneficia de uma barreira natural que tem travado o fogo que regularmente ameaçava a aldeia.

Na serra de Monchique, Nélson Sérgio optou por arrendar uma parcela de 47 hectares à Companhia, também por 24 anos, mas com renda apurada numa percentagem sobre o valor da madeira na altura dos (dois) cortes. Esta foi a forma do comerciante de Santiago do Cacém ter o seu terreno cuidado e ainda tirar rendimento, num exemplo também seguido pela irmã e alguns primos que residem longe das suas propriedades florestais.

UMA FLORESTA BEM GERIDA FAZ A DIFERENÇA

Localizada na zona norte do concelho de Pedrógão Grande, a área florestal do Barroco das Fontes, constituída por dezenas de parcelas de proprietários locais e geridas pela Navigator, deixa bem evidente as diferenças entre uma jovem plantação com gestão sustentável (à esq.) e os baldios vizinhos deixados ao abandono (à dir.).





REORDENAMENTO FLORESTAL

REARBORIZAR O MINIFÚNDIO COM MENOS CUSTOS

A reflorestação da propriedade de Agostinho Antunes, perto de Alvaiázere, foi feita com equipamentos que reduzem os custos das operações florestais até 40%, em comparação com os preços tradicionais

Se não fossem estas máquinas, isto era uma carga de trabalhos”, exclama Agostinho Antunes, impressionado com a eficiência do arranca-cepos que “limpa” com facilidade e rapidez os cepos de eucalipto e pinheiro-bravo do seu terreno, situado na freguesia de Pussos São Pedro, junto a Alvaiázere. Ao seu lado, Carlos Garcês aponta para a outra metade do campo, já preparado, ripado e gradado por uma moderna alfaia, reconhecendo um “trabalho bem feito”. Proprietários florestais, os dois cunhados assistiam à demonstração do novo método de rearborização do minifúndio que pretende ser mais uma solução para a floresta nacional, com a vantagem de reduzir em 30 a 40% os custos de preparação de terreno relativamente às operações tradicionais. Marcada por povoamentos envelhecidos, subprodutivos e vulneráveis ao fogo, a floresta de minifúndio, que caracteriza largamente o centro e norte de Portugal, precisa de ser renovada. Nesse sentido, a Navigator juntou vários parceiros –

Fravizel, APFRA, Unimadeiras, 2BForest e FSC® – no desenvolvimento de um modelo de reflorestação em pequenas parcelas, com equipamentos que permitem poupar 600€ a 800€ por hectare na preparação de terrenos para plantação florestal (eucalipto, pinheiro, carvalho ou outras espécies), também extensível à prática agrícola (para instalação de pomares ou olivais).

“As técnicas habitualmente utilizadas no minifúndio florestal são operações muito caras, com mobilização muito intensiva e, conseqüentemente, forte impacto na degradação do solo, na baixa produtividade e rendimento posteriores. Isto provoca o desânimo dos proprietários e muitas vezes o abandono das terras”, adianta José Rafael, responsável do projeto no departamento de Inovação e Desenvolvimento Florestal da Navigator, justificando que “é mais fácil e menos dispendioso mobilizar e replantar no minifúndio com recurso a equipamentos mais adaptados para manobrar em pequenas áreas”.

Planeamento e preparação do terreno

Emigrante em França, Agostinho Antunes nunca reflorestou adequadamente o seu povoamento florestal, que em 2017 foi totalmente devastado pelo fogo. “De vez em quando, só cortávamos o mato”, diz à Produtores Florestais. A adesão ao Grupo de Certificação de Matas da 2B Forest, nesse mesmo ano, foi ponto de partida para apresentar em 2019 um plano de reordenamento florestal ao abrigo do RJAAR, com objetivos claros: obter melhor produtividade, diminuir encargos de manutenção e oferecer maior proteção à habitação existente na propriedade. No final desse ano arrancaram as operações florestais, seguindo um novo método de rearboração, com recurso a equipamento especialmente desenvolvido para o minifúndio, cuja eficácia permite reduzir horas de máquina na preparação do terreno: um arranca-cepos multifunções acoplado a uma giratória/escavadora de 20-25 t e uma alfaia que faz ripagem e gradagem, adaptada a um trator de 80-100 cv.

A primeira fase da empreitada visou a remoção dos cepos de eucalipto e pinheiro-bravo, tendo em conta o seu aproveitamento para lenha e a necessidade de manter a fertilidade do terreno. “O arranca-cepos Easy 3C retira simplesmente o núcleo do cepo, cortando tudo à volta. O cepo fica sem ‘barba’ nem raízes, que são um transtorno para as operações seguintes, deixando-as debaixo do solo. Desta forma, mantém a matéria e o solo mais rico em nutrientes”, explica Eliseu Frazão, da Fravizel, empresa que desenvolveu esta máquina em colaboração com a Altri.

Os equipamentos desenvolvidos para este modelo de reflorestação em pequenas parcelas permitem poupar 600€ a 800€ por hectare na preparação de plantações florestais ou agrícolas (pomares ou olivais).

De seguida, o terreno foi mobilizado, preferencialmente em faixas, por uma alfaia ARG (Alfaia com Riper e Grade), que faz estas duas operações em simultâneo, deixando-o pronto para a plantação. Desenvolvida pela Navigator, em parceria com a Fravizel e a Bento & Filhos, esta alfaia foi adaptada para pequenos tratores florestais e mobiliza o solo nos 50 centímetros superficiais, sem alteração do perfil e sem reviramento dos seus horizontes, mantendo a superfície do solo fértil e enriquecida. ►

QUANTO CUSTA REARBORIZAR?

Métodos Tradicionais

- Preparação do terreno à cava (ilegal, mas muito utilizado no minifúndio):

1 600€ a 2 100€/hectare

- Destroça cepos com Enxó + ripagem (2D) + gradagem + subsolagem (na linha da plantação):

1 200€ a 1 500€/hectare

Nova Técnica

- Arranque dos cepos + ripagem e gradagem em simultâneo na faixa de plantação:

1 000 a 1 300 €/hectare

▼ Fabricado num aço especial, o arranca-cepos retira o cepo por inteiro, deixando as raízes e os seus nutrientes no solo



▼ A alfaia ARG com riper (entre 40 e 60 cm) e grade (dois corpos de discos de 28 polegadas) é conduzida por uma máquina de 80-100 cv



REORDENAMENTO FLORESTAL

“O trabalho é mais rápido e não é muito invasivo”, resume o empreiteiro florestal Leonel Bento.

“Arrancamos os cepos, rachamos mediante o que se decide e depois é só passar a alfaia ARG. Trata-se de uma operação relativamente rápida: 3-4 horas por hectare (120-160€/ha), dependendo do tipo de terreno.” E conclui: “Estas máquinas fazem um ótimo trabalho. Mexem o terreno e acabam por juntar tudo o que é matéria orgânica para o pé da planta e não o contrário. A árvore fica ‘aconchegadinha’ e excelente.”

Grandes vantagens económicas

José Rafael não tem dúvidas sobre as vantagens deste novo modelo de rearborização em minifúndio. “Vamos ter uma preparação e uma instalação baratas e um potencial produtivo elevado. Estamos a falar de um custo total de arranque de cepos e preparação do terreno na ordem de 1 000€-1 300€ por hectare,



com a vantagem de obtermos lenha para utilização doméstica”, sublinha.



O proveito económico do investimento inicial é significativo, como acrescenta Eliseu Frazão: “Com uma operação de limpeza da área em condições, todas as outras operações custam menos dinheiro. A prova disso é que, fazendo as coisas bem feitas, os custos são 30 a 40% inferiores”, adianta o responsável da Fravizel, projetando também resultados vantajosos no corte da madeira. “Com esta preparação do terreno, o tempo de crescimento da planta, a quantidade de água que utiliza, o custo de manutenção da área para que não haja incêndios, a madeira colhida, etc., é tudo diferente. Se o proprietário antecipar a venda um ou dois anos já está a ganhar muito dinheiro. Mas se antecipar a venda e ainda tiver mais metros cúbicos de madeira, mais dinheiro irá ganhar.” **PF**

▼ Carlos Garcês e Agostinho Antunes junto ao arranca-cepos Easy 3C desenvolvido pela Fravizel e a Altri





LEGENDA:  Limite da propriedade  Concelhos

Parcelas  1 (Sobreiros e Carvalhos)  2 (Eucaliptos)

“Estas máquinas fazem um ótimo trabalho. Mexem o terreno e acabam por juntar tudo o que é matéria orgânica para o pé da planta e não o contrário”, sublinha o empreiteiro Leonel Bento.

REFLORESTAÇÃO COM EUCALIPTO, SOBREIRO E CARVALHO AMERICANO

O projeto florestal elaborado pela 2B Forest respeitou o perfil da propriedade, a distância entre árvores, a conservação das linhas de água, e deixou espaço para que, junto à casa, fossem plantadas outras espécies, como sobreiros e carvalhos. No prédio de 2,58 hectares (ha) foram intervencionados 1,8 ha até então ocupados por floresta mista de eucalipto e pinheiro-bravo.

O plano definiu a arborização de 1,07 ha com sobreiro (*Quercus suber*) e carvalho americano (*Quercus rubra*) em linhas alternadas (compasso 7 m x 3,5 m), junto aos aglomerados populacionais e rede viária florestal; e a arborização de uma área de 0,73 ha com eucalipto (*E. globulus*), em compasso 3,5 m x 2,5 m. A preparação e plantação do terreno ocorreu no final de 2019, tendo sido feita a retanchar (verificação e substituição das plantas mortas) em fevereiro deste ano e a sacha (limpeza da vegetação à volta das plantas) em maio último.

FSC^{®1} APLAUDE PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

Sistema internacional de certificação que já tem cerca de meio milhão de hectares de floresta certificada em Portugal, o Forest Stewardship Council[®] (FSC) aplaude este tipo de iniciativas que promovem uma gestão florestal responsável. “Como todos os exemplos que podem ser utilizados como promoção de boas práticas, o FSC tende a colaborar e a tentar estar presente também para promover estas alternativas aos pequenos proprietários. A nossa realidade, o nosso contexto florestal acaba por se focar muito no minifúndio e, portanto, sabemos que temos de ter estas alternativas que permitam a viabilidade económica, que é um dos pilares do FSC, mas também não comprometer as condições ambientais e os direitos sociais”, adianta Joana Faria, secretária-executiva daquela organização em Portugal.

¹ Código de licença de uso da marca: FSC[®]-C010852



UMA APOSTA NA AGROFLORESTA

Há 31 anos a apoiar os produtores florestais da região de Ponte de Sor, a AFLOSOR representa uma centena de associados dedicados sobretudo ao montado de sobro. Mas porque o complemento económico é importante, alargou a sua atividade à agricultura.

O movimento associativo que deu origem à atual AFLOSOR – Associação dos Produtores Agroflorestais da Região de Ponte de Sor, em 1989, começou três anos antes, a seguir à entrada de Portugal na então CEE, quando os proprietários da região acreditavam que o futuro estava no gado e criaram a Acorpsor – Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor.

Depressa perceberam os fundadores que o grande negócio continuava a ser a floresta, e sentiram necessidade de uma associação de âmbito mais florestal. No início faltou capital, não havia computadores nem viatura, a sede foi cedida pelo Estado e havia uma funcionária em part-time. Depois de três décadas e três sedes temporárias, a AFLOSOR está, desde 2007, em instalações próprias, construídas de raiz, e que partilha com a Acorpsor e a Leadersor – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Sor. Com cerca de uma centena de associados, a associação representa 70 mil hectares de floresta na sua região de influência. São sobretudo propriedades de montado de sobro, de grandes dimensões (com mais de 500

hectares, em 53% dos casos), mas a direção, cujos membros são todos proprietários, percebeu novamente que era necessário diversificar, para além do pinho e do eucalipto. Em 2016 foram alterados os estatutos (e a designação para Produtores Agroflorestais) para alargar o seu apoio à componente agrícola. “Foi uma forma de responder às necessidades sentidas pelos associados”, admite à “Produtores Florestais”, o presidente Pedro Courinha, salientando os serviços e a formação profissional (com certificação da DGERT) que o grupo passou a prestar nas componentes agrícola, pecuária e florestal.

Muitos associados têm ovinos e bovinos nas suas charnecas e porco preto nos montados (que aproveita a bolota e a lande para a engorda), e há na região alguma cultura de regadio de pimento, mas algumas limitações no âmbito florestal comprometem a rentabilidade da terra. “Ficámos surpreendidos com a nova legislação que proíbe a plantação de eucalipto em novas áreas. Uma decisão que nos parece mais política do que técnica”, sublinha o responsável da AFLOSOR.

▼ Viaturas TT com kits de Intervenção Rápida, conduzidas pelos associados, colaboram na defesa da floresta



“Ficámos surpreendidos com a nova legislação que proíbe plantar eucalipto em novas áreas. Uma decisão que nos parece mais política do que técnica”, afirma Pedro Courinha, presidente da AFLOSOR.



▲ Uma ação de trabalho desenvolvida pela associação na propriedade de sobro de um dos seus membros

Dar resposta aos problemas do dia-a-dia

Para além do aconselhamento e do apoio na elaboração de projetos e candidaturas a financiamentos, licenciamentos ou certificação, a AFLOSOR dá resposta aos problemas quotidianos dos proprietários, nomeadamente em vários projetos de investigação contra pragas, liderando o grupo operacional que combate o inseto plátipo, que ataca o tronco do sobreiro.

Na defesa da floresta, a AFLOSOR possui um dispositivo próprio, com cerca de vinte associados (com kits de Intervenção Rápida em viaturas todo-o-terreno), que circulam regularmente pela região, resultando num efeito dissuasor e de sensibilização para a proteção da floresta. Este grupo também age como primeira intervenção nos primeiros momentos de ocorrência de um incêndio, trabalhando próximo com os bombeiros. “Mais difícil de travar são os roubos de cortiça, seja da pilha ou das árvores, apesar das reuniões frequentes que temos tido com a GNR”, acrescenta Pedro Courinha.

Criar uma mentalidade comercial

O presidente da AFLOSOR acredita ser fundamental “criar uma mentalidade mais comercial e organizar os associados por forma a criar volume, tanto para vender produtos de menor produção, como para conseguir obter melhores preços na compra de equipamentos, adubos e sementes”. A experiência bem-sucedida nos últimos cinco anos, com a recolha e comercialização conjunta da pinha de vários produtores locais, será um embrião para outros projetos.

ASSOCIADOS:
cerca de 100

**ÁREA FLORESTAL
ABRANGIDA:**
70 mil hectares
(80% de montado
de sobro, 11% de
pinheiro e outras, e 9% de eucalipto)

CONCELHOS (Área de Influência): Ponte de Sor, Gavião, Avis, Alter do Chão e Moura

Facebook: <https://www.facebook.com/aflosor.agroflorestal/>

Contactos: Tel. 242 203 296

E-mail: geral@aflosor.pt



O modelo poderá servir, por exemplo, para a venda em grosso dos bocados de cortiça (blocos com menos de 25 cm) e da cortiça virgem (da primeira extração), subprodutos menos valorizados do sobreiro, mas que têm um preço normalizado no mercado. “Os produtores florestais têm de dar o próximo passo”, alerta Pedro Courinha, “e a AFLOSOR está aqui para ajudar”. **PF**

A photograph of Narciso Vieira, a forest firefighter, wearing a green cap with the APAS Floresta logo and a high-visibility yellow and green jacket. He is standing outdoors in a forest setting.

NARCISO VIEIRA, SAPADOR FLORESTAL

“TEMOS DUAS MISSÕES NESTA PROFISSÃO”

O coordenador das equipas de sapadores da APAS Floresta conhece bem as exigências de quem está na linha de defesa da floresta. Primeiro na Silvicultura Preventiva e depois na Vigilância e 1ª Intervenção, quando chega o verão e a ameaça do fogo.

Na lateral e no tejadilho das viaturas amarelas pode ler-se SF-03-16B e SF-04-16B. É por esta sequência de letras e números que as duas equipas de sapadores florestais da APAS Floresta são identificadas quando estão no terreno de operações. O três e o quatro são os números das equipas em atividade; o 16B representa a zona Oeste Lisboa, uma vez que a APAS – associação de produtores florestais que surgiu em 2003 – tem sede no Cadaval e área de intervenção prioritária na zona Oeste. “A profissão de sapador florestal é exigente, perigosa no período crítico dos incêndios, e ainda mal remunerada, e manter o pessoal empenhado é difícil”, refere à

“Produtores Florestais” Narciso Vieira, coordenador das equipas de sapadores florestais da APAS. “Executamos duas missões diferentes durante o ano, com equipamento ignífugo no verão e o de silvicultura no resto do ano”, acrescenta. A atividade de sapador florestal tem a sua melhor expressão na Afocelca, um dispositivo profissional que serve as propriedades geridas pela Navigator e a Altri, em colaboração com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), e contabiliza mais de 90% das suas intervenções em património de terceiros.

O período mais crítico do ano

Em cada uma das viaturas de intervenção da APAS seguem elementos de cada equipa de cinco, consoante a necessidade da ocorrência e a escala de pessoal. É no período mais crítico do ano, no verão, que a adrenalina atinge níveis elevados. Entre o início de julho e final de setembro, a velocidade a que a viatura circula é o melhor indicador sobre se acode a uma situação de 1ª Intervenção num incêndio rural, ou se se dirige a um dos locais estratégicos de vigilância (LEE). A missão de defesa da floresta impõe a deslocação permanente a estes postos elevados e pré-definidos, no norte dos concelhos de Alenquer e da Azambuja, a sul da Serra de Montejunto, mas também ações de vigilância móvel ou de sensibilização junto da população local.

Se as equipas avistarem algum foco de fogo ou forem acionadas pelo CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro da Proteção Civil), deslocam-se para o combate de fase inicial em fogos de pequena dimensão. “A intervenção nos 10 ou 15 minutos iniciais do fogo é fundamental para a extinção ou controlo da sua dimensão, e a formação dos sapadores florestais é orientada para essa mais-valia”, adianta Narciso Vieira, justificando: “Estamos limitados pela capacidade de água nas viaturas, de apenas 450 a 500 litros. Depois de chegarem os bombeiros, o nosso trabalho é deslocado para o apoio de retaguarda, para controlo de projeções e rescaldo.”

▼ Narciso Vieira com o equipamento ignífugo que o protege no combate que faz ao fogo



▲ Uma das equipas da APAS Floresta procede à limpeza da floresta junto a uma via de comunicação

“A intervenção nos 10 ou 15 minutos iniciais do fogo é fundamental para o controlo da sua dimensão, e a formação dos sapadores florestais é orientada para essa mais-valia”, refere Narciso Vieira.

Mudança de equipamento

Entre outubro e junho, sem que haja alertas amarelo, laranja ou vermelho, o mais provável é as equipas de sapadores trocarem o equipamento ignífugo pela farda de silvicultura e dirigirem-se para intervenções de manutenção em espaços florestais. Nestes meses de menor risco de incêndio, o trabalho é focado na prevenção e diminuição da carga combustível: seleção de varas, desramações, podas e desbastes, e limpeza de matos com trituração de vegetação. “Como cada equipa tem de cumprir 110 dias de serviço público (55 na Silvicultura Preventiva, em áreas identificadas pelo ICNF, e 55 em Vigilância e 1ª Intervenção), os sapadores também trabalham para clientes particulares, pois a associação necessita de rentabilizar os seus meios para o resto do ano”, afirma Narciso Vieira. “Não somos voluntários, somos profissionais. Mas só agora é que a profissão começa a ser reconhecida pela Segurança Social, Finanças e pelo Ministério da Administração Interna”, sublinha o nosso interlocutor.

Apesar das queixas da família pelos horários descontrolados nas alturas de maior risco florestal, e de não haver férias nos meses mais apetecíveis do ano, Narciso Vieira faz um balanço positivo na opção que fez na sua vida profissional. “Gosto do trabalho na natureza e do espírito de interajuda entre todos quando se combate a ameaça do fogo. Visto estas duas fardas com muito orgulho”, conclui. **PF**

“PRODUTORES FLORESTAIS” JUNTA COMUNIDADE

TODOS PELA FLORESTA

O lançamento da nova plataforma de comunicação dedicada exclusivamente à floresta mostrou o envolvimento de produtores, associações, autarcas e indústria, na vontade de desenvolver o enorme potencial deste recurso nacional.



O lançamento da “Produtores Florestais” juntou representantes do setor florestal e vários autarcas no Grande Hotel do Luso

Foi com grande entusiasmo e espírito de colaboração que a comunidade florestal acolheu o arranque do projeto “Produtores Florestais”, iniciativa da The Navigator Company que pretende aproximar todos os que têm uma relação profissional com a floresta através da partilha de conhecimento e de experiências, promovendo os valores da boa gestão, sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental. O evento, que decorreu no Luso, no passado mês de julho, juntou indústria, produtores e associações florestais, organizações do setor, e também vários autarcas, numa comunhão em prol do desenvolvimento da floresta portuguesa. “Enquanto empresa de base florestal, com um quotidiano feito no terreno, de norte a sul do país, sabemos que há muito que esta comunidade é feita de pessoas resilientes e dedicadas, mas que se deparam com as dificuldades decorrentes do afastamento dos grandes centros de decisão nacionais. Por isso, esperamos, com esta iniciativa, contribuir para dar aos Produtores Florestais a voz que merecem e que infelizmente não têm tido”, afirmou António Redondo, presidente executivo da Navigator no lançamento do projeto, aludindo aos desafios que Portugal enfrenta nos próximos tempos:

“Esta é talvez a melhor oportunidade para dedicar à floresta e aos seus agentes uma atenção com verdadeiro sentido de futuro.”

Por seu lado, João Lé, administrador da The Navigator Company, referiu-se ao projeto como “comunidade” porque “é esse o alcance que queremos imprimir a esta plataforma de divulgação”. “Queremos criar um relacionamento com os produtores florestais de maneira a que possamos partilhar conhecimento, boas práticas, encontrar desafios comuns para resolvermos entre nós”, acrescentou aquele responsável, sublinhando a importância de esforços articulados no desenvolvimento da floresta de produção. “Uma das maiores dificuldades que temos no nosso país tem a ver com o défice de matéria-prima. Temos de produzir mais e gerar maior rendimento para quem produz, aposta e investe na floresta.”

O evento de lançamento da “Produtores Florestais” contou ainda como oradores com Rui Leal Marquero, presidente da Câmara Municipal da Mealhada, e António Gravato, presidente da Fundação Mata do Bussaco, que aproveitaram a ocasião para enaltecer o contributo que a indústria tem dado no desenvolvimento da floresta nacional. **PF**



(Da esq. para a dir.) Gonçalo Vieira, João Lé, António Redondo e Nuno Neto

“Este projeto visa juntar toda a comunidade florestal, não só produtores, mas também indústria, no sentido de desenvolvermos técnicas e mecanismos para reforçar o apoio e a importância da floresta. Portugal é hoje deficitário em madeira, que precisa de importar de outros países. O que acontece aqui é uma oportunidade de podermos tirar maior produtividade e eficiência da floresta. Há muito por fazer pela floresta e só o podemos fazer em comunidade, na conjugação entre produtores florestais e indústria.”

Gonçalo Vieira, Diretor de Abastecimento de Madeira da NVG

“A floresta representa um terço do nosso território e se não sabemos muito bem, como país, o que queremos fazer com ela é triste. Mas há muita gente com muito boas ideias e que sabe o que fazer com este terço do país. Este projeto quer juntar todas essas pessoas, pô-las a discutir, juntar ideias e conseguir sair de algum marasmo para uma realidade diferente em que as valências da floresta são todas equilibradas. Para conseguirmos tirar valor, responder aos desafios de descarbonização do nosso país, recuperar e manter espaços de conservação e pôr a floresta ao serviço do país e dos portugueses.”

Nuno Neto, Diretor de Gestão Florestal da NVG

“PRODUTORES FLORESTAIS” JUNTA COMUNIDADE

“Muito obrigado por esta iniciativa, que envolve os produtores florestais e por estes há muito desejada. Acredito que este projeto vai contribuir para aumentar e melhorar a unidade no seio da comunidade florestal, que anda desmobilizada e desanimada por não encontrar a curto prazo respostas para os seus problemas. Já beneficiamos da experiência, capacidade de investigação e conhecimentos em todos os domínios, da escola de formação que é a Navigator, e que, melhor do que ninguém, pode contribuir para a melhoria do estado de sítio que a floresta atravessa.”

António Guimarães, pres. da Associação Florestal do Baixo Vouga (AFBV)

“Parabéns por esta iniciativa importantíssima que cria um espaço de divulgação da verdade, porque há muitas coisas que se dizem que não são a verdade dos factos. Precisamos de ter meios para levar à opinião pública o que é a realidade na floresta, que condiciona o futuro, a economia e o desenvolvimento social. Enquanto setor, não podemos ir atrás de uma conversa fiada, que é politicamente correta, mas que não tem tradução na realidade. Que possamos levar esta mensagem avante, com a UNAC e as outras organizações ligadas ao setor florestal.”

António Gonçalves Ferreira, pres. da União da Floresta Mediterrânica (UNAC)

“O nome ‘Produtores Florestais’ diz tudo, somos nós. Este é um projeto que vem valorizar muito a nossa fileira, como veículo de transmissão de conhecimento, até das nossas dores. A floresta faz bem muitas coisas mas que a sociedade não valoriza, pois existe muita desinformação. A Navigator tem um grande know how na área florestal e vamos poder aprender e passar este conhecimento aos nossos produtores, permitindo encontrar soluções para os problemas que enfrentamos no dia a dia.”

Luís Damas, pres. da Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais (FNAPF)

“Em nome da Forestis, quero dar os parabéns e as felicitações por este projeto da Navigator que será, sem dúvida, bem-sucedido. A floresta precisa de encontrar uma visão conjunta, num momento em que se intercetam várias linhas de definição de estratégia política, tanto a nível nacional como europeu. Muito do que nos trouxe hoje aqui é uma falta de cooperação institucional. Precisamos de um quadro legislativo substancialmente diferente que proporcione condições para organizarmo-nos no sentido de criarmos escala e termos eficiência, que são os dois fatores que nos levam a produzir mais e melhor.”

Rosário Alves, diretora-executiva da Forestis



António Gonçalves Ferreira
(UNAC)



Rosário Alves
(Forestis)



António Guimarães
(AFBV)





Ana Carvalho Oliveira
(CM Figueira da Foz)



Rui Leal Marqueiro
(CM Mealhada)



António Gravato
(Fundação Mata
do Bussaco)



António Loureiro
(CM Albergaria-a-Velha)

“Considero o ‘Produtores Florestais’ uma iniciativa muito relevante que pode ajudar a desatar alguns nós. Primeiro na comunicação, pois a população urbana não percebe o valor que uma floresta de eucalipto bem gerida tem, evitando até os problemas que temos enfrentado nos últimos anos. Depois na questão do cadastro, pois não sabemos onde estão as propriedades, mas também no direito de propriedade. É preciso que os proprietários percebam que o seu terreno, mesmo um micro-terreno, pode ter algum valor ao invés de estar abandonado como é o caso da maioria.”

Ana Carvalho Oliveira, vice-pres. da Câmara Municipal da Figueira da Foz

“A floresta tem estado maltratada e todas as iniciativas pensadas e trabalhadas sob uma forma metodológica, e com esta facilidade de apreensão, ajudam a que as pessoas se revejam no seu território. Acho muito interessante este projeto que já me pôs a pensar como é que os 105 hectares da Mata do Bussaco, com características muito especiais de uma floresta tipicamente de conservação, podem fazer-nos sair fora de muros e procurarmos outros players e outros proprietários. Por que temos de fazer qualquer coisa pela floresta.”

António Gravato, pres. da Fundação Mata do Bussaco

“Gostei do que ouvi aqui hoje e fiquei muito orgulhoso por este projeto ter sido apresentado nesta zona. Trata-se um projeto importante, mas é necessário colocar tudo o que é preciso no terreno, desde a legislação que é preciso aprimorar e até convencer os produtores florestais a aderir a formas de organização condicentes à produtividade.”

Rui Leal Marqueiro, pres. Câmara Municipal da Mealhada

“Este projeto é importante e já fazia falta. Os produtores florestais sentiam a falta de alguém que lhes desse atenção, não só na transferência de conhecimento que se pretende com este projeto, mas acima de tudo para dignificar e valorizar quem trabalha a terra. Independentemente da espécie florestal, quer seja eucalipto, pinheiro ou carvalho, os autarcas querem que seja passada uma informação válida para os produtores poderem ter maior rentabilidade e condições que contribuam para a adoção de boas práticas silvícolas.”

António Loureiro, pres. Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

COMO FAZER A ADESÃO À CERTIFICAÇÃO

Conhece as vantagens da certificação na gestão florestal? E sabe que o processo de adesão é simples, e que o proprietário mantém em pleno os seus direitos sobre a posse do terreno e dos bens e serviços produzidos?

Consumidores, empresas e governos estão cada vez mais preocupados com a sustentabilidade das florestas e o equilíbrio ambiental que contribua para a saúde do planeta. Os consumidores de hoje exigem que os produtos de base florestal, como a madeira, a cortiça ou o papel, sejam provenientes de florestas geridas de forma responsável. Estas garantias são dadas pelos sistemas de certificação internacionais FSC (Forest Stewardship Council) e/ou PEFC² (Programme for the Endorsement of Forest Certification), cujos rótulos estão visíveis nos produtos, que cumprem todos os requisitos exigidos.

Para a madeira ser comercializada como produto certificado, a gestão da propriedade florestal, mas também os fornecedores e as fábricas têm de estar certificados. Este atestado reconhece a aplicação de boas práticas em todas as fases da atividade florestal, desde a produção da matéria-prima até ao produto final.

Acessível a todos, sejam pequenos ou grandes proprietários/produtores, a certificação florestal contribui para um ambiente sustentável, por exemplo reduzindo o risco de incêndio e de pragas, além de permitir aumentar a quantidade de madeira produzida. **PF**

² Código de licença de uso da marca: PEFC/13-23-001

PROCESSO EM TRÊS ETAPAS

1.

A adesão a um Grupo de Certificação é simples. O processo é voluntário e poderá ser desencadeado contactando o comprador de madeira, a organização de produtores florestais da região ou diretamente um Grupo de Certificação (veja a lista de grupos de certificação na página 38).

2.

Preparação da documentação necessária, que consiste em:

- Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte;
- Comprovativos da titularidade ou posse dos terrenos;
- Mapa com a indicação dos limites do terreno (este pode ser feito pelo Grupo de Certificação).

3.

A assinatura do Compromisso de Adesão junto do Grupo de Certificação é o último passo para completar o processo, cuja conclusão é confirmada num prazo de 2/3 semanas.

VANTAGENS PARA OS PROPRIETÁRIOS

1. O cumprimento da Lei está garantido, já que o plano de gestão florestal aplicado tem de estar de acordo com os requisitos regulatórios da região/zona em causa.
2. Acesso facilitado a apoio técnico florestal, nomeadamente na preparação do terreno, seleção de varas, controlo de vegetação, fertilização, etc.
3. Acesso a melhor informação e a formação florestal proporcionada por entidades oficiais e certificadas.
4. Prioridade no acesso a fundos de apoio ao investimento florestal, no quadro nacional e europeu.
5. A garantia de mais rendimento da exploração florestal (aumento da quantidade de madeira produzida e diminuição dos riscos, como os incêndios, as pragas e as doenças as árvores), assegurando ao mesmo tempo a conservação ambiental dos terrenos.
6. O valor da venda de madeira proveniente de propriedades certificadas é mais elevado, pois esta destina-se a mercados que valorizam a sustentabilidade ambiental, justificando o custo de adesão ao Grupo de Certificação. Atualmente, a madeira com origem certificada é vendida nas fábricas da indústria papelreira por um valor adicional médio de €4 por m³.

Queremos ajudar a esclarecer as suas dúvidas. Pode enviar a suas questões para o e-mail: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt



ENTIDADE GRUPO DE CERTIFICAÇÃO	REGIÃO*	ESQUEMA	MORADA	CÓDIGO POSTAL	TELEFONE	E-MAIL
ZBForest	Nacional	FSC*	Rua das Castanholas, 19 - Fração H	2550-184 Cadaval	918 103 085	geral@2bforest.pt
Abastena - Sociedade Abastecedora de Madeiras, Lda.	Nacional	FSC*	Rua Adriano Lucas, s/n Ed. Portas de São Miguel, 2º andar, Eiras	3020-430 Coimbra	239 827 953	geral@abastena.pt
ACFBV - Associação Certificação Florestal do Baixo Vouga	NUT III Baixo Vouga Centro	PEFC™	Rua Centro Coordenador de Transportes, Loja 1	3850-022 Albergaria-a-Velha	234 524 056	geral@afbaixovouga.pt
ACFML - Associação Certificação Florestal do Minho-Lima	Nacional	FSC* PEFC™	Rua Poço de Cabaços, Lote 1, R/C Feitosa	4990-344 Ponte de Lima	258 944 103	acfmnholima@gmail.com
ACFPIN - Associação Certificação Florestal do Pinhal Interior Norte	NUT III Pinhal Interior Norte	PEFC™	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves - Edifício CGD, 2º Andar	3330-316 Góis	235 77 88 28	acfpin@gmail.com
ACHAR - Associação de Agricultores de Charneca	Vale do Tejo e Alentejo	FSC* PEFC™	Rua Direita S. Pedro, 152	2140-098 Chamusca	249 760 041	charneca@achar.pt
AFLOBEI - Associação de Produtores da Beira Interior	Centro Interior	FSC* PEFC™	Av. General Humberto Delgado, 57, 1º	6000-081 Castelo Branco	272 325 741	aflobei@aflobei.pt
AFLOESTE - Associação Interprofissional da Floresta do Oeste	NUTT III -Oeste	PEFC™	Rua Principal, 41 A	2560-251 Louriceira	93 291 00 01	afloeste@gmail.com
AFLOSOR - Associação dos Produtores Florestais da Região de Ponte de Sôr	Alto Alentejo	FSC*	Zona Industrial de Ponte de Sôr Rua E, Lote 79	7400-211 Ponte de Sôr	242 203 296	aflosor@sapo.pt
ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado	Alentejo	FSC* PEFC™	Apartado 105 EC Alcácer do Sal	7580-909 Alcácer do Sal	265 612 684	ansub@ansub.pt
APAS Floresta - Associação de Produtores Florestais	Nacional	FSC*	Rua 26 de Dezembro, 27 Palhais	2550-072 Vilar	262 741 083	geral@apasfloresta.pt
APFCAN - Associação de Produtores Florestais de Alcobaça e Nazaré	Nacional	FSC*	Rua da Estação Antiga Escola Pataias-Gare s/nº	2445-416 Pataias	244 580 961	apfcan@sapo.pt
APIFLORA - Associação Agro-Florestal	Nacional	PEFC™	Praça da República, nº 1, 1º andar	7400-232 Ponte de Sor	242 207 121	apiflora.geral@gmail.com
Bioflorestal, S.A.	Nacional	FSC* PEFC™	Rua Padre Matos Edifício 2000, Entrada 1 e 2 - Apartado 69	3850-091 Albergaria-a-Velha	234 527 123	geral@bioflorestal.pt
CERNA	Nacional	FSC* PEFC™	IEMINHO - Instituto Empresarial do Minho, Rua do Conhecimento, nº 10, Soutelo	4730-575 Vila Verde	912 635 692	geral@cernams.com
FICAPE - Cooperativa Agrícola do Norte do Distrito de Leiria, C.R.L. T/A FICAPE	Centro	FSC*	Avenida Comendador J. Araújo Lacerda, nº 20-22	3260-412 Figueiró dos Vinhos	236 552 333	geral@ficape.pt
GEOTERRA	Nacional	PEFC™	Estrada das Fontainhas	2435-551 Santarém	249 543 523	geoterra@sapo.pt
Grupo APFCertifica / APFC - Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limitófes	Alto Alentejo e Vale do Tejo	FSC*	Rua dos Guerreiros, nº 54	2100-183 Coruche	243 617 473	apfc@apfc.pt
TerraCertifica - TerraTeam	Nacional	FSC*	Campo Grande, nº 35, 3º A	1700-087 Lisboa	216 045 252	info@terrateam.pt
TimberWood Unip. Lda	Nacional	FSC*	Avenida José Gregório 212 - A - 275	2430-275 Marinha Grande	244 551 835	info@timberwood.pt
Unimadeiras - Produção, Comércio e Exploração Florestal, S.A.	Nacional	FSC* PEFC™	Arruamento Q, Zona Industrial Apartado 3º	3850-909 Albergaria-a-Velha	234 521 864	geral@unimadeiras.pt

NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO APOIO À CERTIFICAÇÃO



Luís Roxo Almeida
(CERNA)

A certificação da gestão florestal e da cadeia de custódia/responsabilidade constituem processos voluntários a que proprietários e empresas têm aderido, tornando os seus produtos e serviços de base florestal mais competitivos. A carga burocrática associada a estes processos, com a necessidade de demonstrar a gestão florestal sustentável e a rastreabilidade destes produtos até ao consumidor final, conduz à necessidade de otimização da gestão e organização da informação.

A empresa CERNA conta com o apoio das novas tecnologias de informação, através de plataformas web e aplicações para smartphone concebidas especificamente para o âmbito da certificação florestal. O uso destas ferramentas informáticas é feito com protocolos claros de ação, com formulários e mecanismos de trabalho, de forma a favorecer a intercomunicação máquina-máquina e entre apps e serviços web com integração de informação SIG em Google Maps. Esta automatização de processos conduz a uma diminuição de informação redundante e a uma redução de gastos no processo de certificação e na administração e gestão dos certificados.

O sistema possui diferentes perfis (Super-Administrador/Administrador-Gestor/Comprador/Transportador) que funcionam em multiposto, em rede e em tempo real. A formação contínua aos diferentes interlocutores é chave para a operacionalidade e segurança de todo o sistema. A capacitação na digitalização de toda a documentação e na utilização de ferramentas tecnológicas está a ser realizada gradualmente.

As duas ferramentas informáticas utilizadas são distintas e complementares:

- *CControl* é uma ferramenta operacional cuja implementação otimiza os processos sistemáticos

de fluxo contínuo e diário de pequenas e médias empresas de exploração florestal, nomeadamente, processos de compra e venda, dados geográficos/documentais de unidades de gestão florestal e proprietários/gestores florestais, faturação, manifestos de corte, certificados, recursos de exploração florestal, guias e recursos de transporte, e subcontratação. Melhora ainda a comunicação e entrega de informação e documentação dentro da empresa e com as empresas consultoras e entidades de certificação, assim como com as empresas de transporte e de transformação e produção recetoras do produto certificado.

- *Certificate* é a ferramenta de gestão do grupo de certificação de gestão florestal, fazendo as comunicações com as partes interessadas e com os membros do grupo, a divulgação e formação, a entrada de membros do grupo (proprietários/gestores), a entrada de parcelas em certificação (recepção de dados geográficos e documentais/análise/validação), o procedimento de homologação de empresas, a gestão documental do sistema, a gestão de exploração florestal de parcelas (comunicação de início e fim de exploração, recepção de manifestos de corte), os saldos de produto certificado, a gestão de base de dados com acesso de membros do grupo e o seguimento e controlo (monitorização) do sistema (campo/gabinete).

A ligação entre a informação geográfica e todos os documentos que lhe estão associados permite a realização de consultas, análises e produção de relatórios de forma automática.

A conjugação das vantagens da certificação de grupo com as vantagens do uso de novas tecnologias na certificação florestal são, em grande medida, fatores de relevo para a rápida expansão dos grupos de cadeia de custódia/responsabilidade e grupos de gestão florestal da CERNA. **PF**



O PAPEL DAS FLORESTAS NA DEFESA DO CLIMA

As florestas harmonizam, como nenhum outro recurso, as funções de produção com uma força inestimável no combate às alterações climáticas que afetam o planeta. Nos desafios ambientais, estes ecossistemas são um aliado natural de peso.

Os efeitos das mudanças no clima já não se encontram apenas em trabalhos de investigação, estudos científicos elaborados e dados incompreensíveis para a maioria: eles são visíveis a olho nu, por cada um de nós. Os glaciares encolheram, o gelo nos rios e lagos está a derreter antes do tempo, a variedade de espécies de plantas e animais está a alterar-se e até as árvores florescem mais cedo. Os fenómenos meteorológicos extremos também já não passam despercebidos, com incêndios florestais mais frequentes, períodos mais longos de seca em algumas regiões e um aumento no número, duração e intensidade das tempestades tropicais.

A concentração de gases com efeito de estufa na atmosfera, sobretudo dióxido de carbono (CO₂), é reconhecida como a causa direta e mais evidente do aquecimento global. O aumento projetado da temperatura média global em mais de 3 graus Celsius, até final deste século, lança um sentido de urgência na luta para salvar o planeta, na qual as florestas assumem um papel importante. No último quarto de século, as florestas assimilaram, pela via da fotossíntese, o equivalente a entre 20% e 30% do total anual das emissões de CO₂ de origem humana para a atmosfera. Mais do que nunca, a gestão florestal sustentável é uma prioridade.



Processo vital

A fotossíntese é um processo-chave para a vida das árvores e também para a mitigação das alterações climáticas: para viverem e crescerem, as árvores produzem o seu próprio alimento utilizando a água e a energia solar, bem como dióxido de carbono (CO₂), que capturam da atmosfera. Deste processo resulta a produção de oxigénio – ou seja, a fotossíntese fixa carbono e liberta oxigénio (O₂). Tendo em conta a maior capacidade do eucalipto na produção de oxigénio, bastam 20 árvores desta espécie para libertar o oxigénio consumido por um adulto durante um ano.

1. O maior sumidouro de CO₂

As florestas no mundo sequestram anualmente 4,3 mil milhões de toneladas de carbono (cerca de 40% das emissões fósseis e desflorestação), através da fotossíntese, o que as converte no principal sumidouro natural de CO₂, capaz de reduzir a presença deste gás com efeito de estufa na atmosfera. Em Portugal, as florestas, e especialmente aquelas de maior produtividade, são responsáveis pela remoção da atmosfera de uma parte importante das emissões nacionais de CO₂: cerca de 8 milhões de toneladas (aproximadamente 10% das emissões anuais).

2. Grande armazém de carbono

As florestas armazenam, à escala global, aproximadamente 650 mil milhões de toneladas de carbono, cerca de 80% da quantidade de carbono existente em toda a atmosfera. Na Europa, onde a floresta mais tem crescido em área, são armazenadas 80 mil milhões de toneladas de carbono, mais 3 mil milhões de toneladas do que em 1990. Para aumentar a taxa de fixação de carbono, há que plantar mais floresta e aumentar a produtividade das florestas já existentes.

3. O papel também retém carbono

O carbono sequestrado pelas florestas é, sobretudo, armazenado sob a forma de madeira e de produtos com origem na madeira, como é o caso do papel, num processo que se prolonga no tempo através da reciclagem. Estima-se que uma tonelada de papel retenha o equivalente a 1,3 toneladas de CO₂. **PF**

No último quarto de século, as florestas assimilaram, pela via da fotossíntese, o equivalente a entre 20% e 30% do total anual das emissões de CO₂ de origem humana para a atmosfera.



FLORESTAS DE PRODUÇÃO: UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A procura crescente de madeira e produtos derivados da madeira, com destaque para o papel, tem estimulado o crescimento da área florestal e o aumento da sua produtividade em todo o mundo, numa ação que contraria a desflorestação que ocorre sobretudo nos trópicos e ajuda a mitigar as alterações climáticas provocadas pelas emissões de CO₂. Em Portugal, a floresta associada ao setor papelero é responsável pela captura de mais de 4 milhões de toneladas de carbono anualmente. As florestas de produção, associadas a uma gestão florestal profissional e sustentável, são por isso importantes reservatórios de carbono, quer pelos aumentos de carbono fixado pelas árvores, quer pela acumulação de matéria orgânica no solo.

A floresta nacional, desde que regida por boas práticas de gestão ativa, assume-se, assim, como uma alavanca ímpar para o desenvolvimento sustentável do país. Como nenhum outro setor económico nacional, a floresta pode melhor e mais rapidamente contribuir para o propósito de desenvolver uma Europa líder nas práticas ambientais, nomeadamente na descarbonização da economia, na defesa da biodiversidade, na fixação de populações em zonas mais deprimidas do interior, na redução de importações, assim como na qualificação das pessoas.

A FLORESTA PORTUGUESA À DISTÂNCIA DE UM CLIQUE

O RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e do Papel e a The Navigator Company lançaram uma plataforma online agregadora de conhecimento sobre a floresta nacional. Basta aceder a www.florestas.pt para ter acesso a um conjunto alargado de informação sobre o setor florestal nas suas diversas dimensões - natural, ambiental, recreativa e socioeconómica.

Sob o pressuposto de que quanto mais se conhecer mais se valoriza e mais se cuida, florestas.pt disponibiliza informação técnica e científica, produzida com o apoio e colaboração da comunidade científica nacional e de várias instituições e iniciativas com ligação à floresta. Tudo escrito numa linguagem acessível, com o objetivo de fornecer informação credível, isenta e validada a



todos os que têm interesse e se preocupam com a floresta portuguesa.

PLANO DE FOGO CONTROLADO APROVADO EM COIMBRA



A Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra aprovou a proposta de Plano Intermunicipal de Fogo Controlado para esta região, um documento elaborado por uma equipa de especialistas da Escola Superior Agrária de Coimbra, com contribuição de diversas entidades que concorrem para a defesa da floresta contra incêndios. O plano agora aprovado procura fomentar a utilização do fogo

controlado como ferramenta de gestão de combustíveis no período 2021-2025, num conjunto de 2 200 hectares dos 19 municípios da região. O objetivo é criar condições mais favoráveis para o combate aos incêndios rurais, minimizando os seus impactos no território. Até ao final do ano o plano será apreciado pelas Comissões Municipais de Defesa da Floresta, e as primeiras ações estão já previstas para 2021.

MAIS DE TRÊS MIL MULTAS POR FALTA DE LIMPEZAS

Nos primeiros sete meses deste ano, a GNR instaurou 3 069 autos por incumprimento na limpeza de terrenos florestais. A maioria destas contraordenações (2 472) dizem respeito às redes secundárias de faixas de gestão de combustível, que incluem os trabalhos de limpeza de terrenos florestais junto às redes viárias e ferroviárias públicas, aos aglomerados populacionais e a todas as edificações, às infraestruturas e parques de lazer e de recreio, e aos parques e polígonos industriais, entre outros.

Em caso de incumprimento das medidas de limpeza previstas no Sistema Nacional de Defesa da Florestas Contra Incêndios (SNDFCI), os proprietários ficam sujeitos a contraordenações, com coimas que variam entre 280 e 10 000 euros, no caso de pessoa singular, e de 3 000 a 120 000 euros, no caso de pessoas coletivas. No mesmo período, a GNR elaborou ainda 103 autos por queimadas e 493 por queimas, por realização não autorizada ou por negligência na execução.



INVESTIGAÇÃO ESTUDA DOENÇA DOS PINHEIROS-BRAVOS

Trata-se de um ensaio, promovido pelo Centro Pinus, que consiste na plantação, no Pinhal de Leiria, de pinheiros-bravos provenientes de diferentes países em que ainda não existe a doença “nemátodo da madeira do pinheiro”, um verme microscópico que causa a murchidão destas árvores. O objetivo é perceber se, daqui a 20 anos, estes pinheiros serão vulneráveis à doença ou se, de

alguma forma, conseguiram resistir às pragas locais. Caso a vulnerabilidade seja pouca ou nenhuma, será possível selecionar os pinheiros com melhor desempenho em termos de rendimento, para plantar em Portugal. A região centro, e o país no geral, tem registado um decréscimo no número de pinheiros-bravos. Mesmo antes do incêndio de 2017, no qual ardeu



86% do Pinhal de Leiria, já havia indícios de quebra: de acordo com número do Centro Pinus, em 2015 a área de pinheiro-bravo na região era de 66 920 hectares, o que se traduz numa perda de 26,8% face a 1995 (91 370 hectares).

CELPA PEDE FINANCIAMENTO PARA FORNECEDORES



A promoção da atividade e requalificação das empresas fornecedoras de serviços na floresta está nas prioridades da agenda da CELPA, a Associação da Indústria Papeleira. Preocupada pelo impacto da pandemia da COVID-19 no setor florestal, aquela associação pediu a criação de linhas de financiamento que permitam reforçar competências e trazer novos colaboradores para o setor. “O Governo deve

desenvolver um mecanismo de apoio à recolha de sobrantes e florestais e de outra biomassa sem aproveitamento industrial. Já existem projetos, incluindo das empresas, mas será importante o Estado dar um sinal significativo nesta questão, até pelo potencial de uma medida destas na promoção da economia circular”, defendeu o secretário-geral da CELPA, Luís Veiga Martins, durante a Agroglobal.

AVISO DE CORTE VAI SER OBRIGATÓRIO

Foi aprovado o novo regime do Manifesto de Corte de Árvores (MCA), que estabelece a obrigatoriedade de declaração de corte, corte extraordinário, desbaste ou arranque de árvores de espécies florestais, em Portugal continental, destinadas à comercialização e ao autoconsumo para transformação industrial. O Decreto-Lei nº 31/2020 entra em vigor no final de dezembro e também incide sobre a rastreabilidade do material lenhoso destinado à indústria de primeira

transformação e à exportação. Os operadores que efetuam o corte, comercialização, transporte, armazenamento e exportação de material lenhoso devem comunicar e identificar ao ICNF, através do SiCorte, as operações pelas quais são responsáveis. O MCA é efetuado por cada parcela a cortar, integrada na exploração florestal ou agroflorestal. Ficam dispensados do MCA os cortes que se destinem exclusivamente a autoconsumo, ou quando o número de árvores seja inferior ou igual a 10.



CEASEFIRE FAZ PREVISÃO DE RISCO DE INCÊNDIO

A Autoridade Nacional de Proteção Civil já dispõe de uma ferramenta que antecipa o risco de incêndio florestal em determinada zona. Trata-se de uma plataforma digital (www.ceasefire.pt) criada pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com o patrocínio da The Navigator Company, para servir de suporte

à prevenção, planeamento e combate aos incêndios, através do conhecimento, em tempo real, das condições meteorológicas nos diferentes pontos do país. A plataforma é de acesso gratuito (só exige registo) e pode ser consultada por qualquer pessoa com interesse em ter acesso a mapas, gráficos e esquemas de

uso simples e de fácil perceção, recolhendo informação relevante sobre o risco de incêndio numa zona específica nas próximas 72 horas. A análise e previsão de índices de risco feita pela Ceasefire permite agir na antecipação, reforçando a prevenção.

SAPADORES FLORESTAIS COM ESTATUTO REFORÇADO



Reconhecida com uma força fundamental na defesa da floresta contra os incêndios, os sapadores florestais viram reforçado o seu estatuto, com a alteração do Decreto-Lei nº 8/2017. O novo regime jurídico cria a figura da brigada (constituída por três equipas), possibilita o início de funções após obtenção de certificação parcial de grau 1 e estabelece o limite superior de 10 000 hectares na área de intervenção das equipas de sapadores florestais (ESF).

Além disso, introduz alterações na forma de contabilização do serviço público, passando a considerar de forma autónoma a atividade de silvicultura preventiva. O apoio anual passa de 40 000 para 45 000 euros, e existe ainda um apoio adicional, até 15 000 euros, ao funcionamento das ESF que prestem exclusivamente serviço público. Segundo o Ministério do Ambiente e Ação Climática, existem atualmente em Portugal 483 equipas de sapadores florestais.

FORESTSIM® AJUDA NA GESTÃO DA CERTIFICAÇÃO

ForestSIM® é uma nova plataforma de gestão de informação e mapeamento sobre a certificação de propriedades pelos sistemas FSC® e PEFC™. Dirigida aos Grupos de Certificação de Gestão Florestal e entidades individuais, esta ferramenta permite que estes possam gerir mais eficazmente a informação disponível, recorrendo a novas tecnologias, com maior eficiência na gestão de recursos e informação.

Desenvolvida pela 2BForest com o apoio da The Navigator Company, a ForestSIM

(www.2bforest.pt/forestsimsim) tem três componentes principais de gestão de informação: upload de documentos e registos; informação cartográfica, que permite a criação de mapas; e modelos de produção

silvícola, com ligação a cálculos de produtividade e custos de CAO (custos de operações de arborização, rearborização e beneficiação de povoamentos florestais).



E-GLOBULUS.PT GANHA NOVAS FUNCIONALIDADES



Há um ano nasceu a plataforma e-globulus (www.e-globulus.pt), a primeira ferramenta informática de indicação de boas práticas silvícolas para plantações de eucalipto nas diferentes fases de desenvolvimento dos povoamentos. Passado esse tempo, mais de 2 100 utilizadores receberam, de forma gratuita, indicações técnicas personalizadas para a sua propriedade, de acordo com as características do terreno, entre outros conteúdos em silvicultura. Bastou introduzirem no site informações simples relacionadas com características da propriedade para obterem detalhes técnicos sobre as fases de instalação, manutenção e gestão de talhadia de povoamentos de eucalipto.

“A plataforma vai continuar a evoluir em conteúdos e funcionalidades”, avança Sérgio Fabres, um dos dois coordenadores do projeto. Em setembro passou a ter disponível a funcionalidade “Partilha da gestão técnica”, através da qual

o proprietário pode facultar a informação e gestão silvícola da sua propriedade a uma organização de produtores florestais ou outra entidade, mediante contacto prévio entre as partes. Além disso, para flexibilizar o desenho da propriedade na plataforma, além das possibilidades já existentes de inserção via Google Maps ou upload via shapefile, será também possível em breve a importação de ficheiros em formato KML.

Ana Quintela, a outra coordenadora do projeto, revela que estão entretanto em desenvolvimento “novos conteúdos no âmbito da silvicultura, alguns dos quais elencados pelos participantes nas diversas sessões de divulgação” que decorreram durante este último ano.

UM ANO DE ATIVIDADE

2 168 utilizadores
15 668 visualizações
312 proprietários registados

Um projeto bem-sucedido

“Consideramos que o projeto foi bem-sucedido”, reforça Sérgio Fabres. A originalidade do módulo de indicação técnica da plataforma deu mesmo lugar à submissão do pedido das patentes portuguesa, europeia e internacional. O objetivo é “chegar a um maior número de produtores, por forma a incentivar a adoção de boas práticas e melhorar a gestão florestal como um todo, porque uma floresta cuidada produz mais”, conclui.

Desde que ficou online, em agosto de 2019, os acessos à plataforma têm tido origem maioritariamente em Portugal (75%), com prevalência das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, e Norte, mas pessoas de 60 países já a visitaram. Quanto aos serviços mais usados, há uma clara preferência pela consulta do módulo de indicações técnicas silvícolas personalizadas (48%) e pelo módulo de biblioteca online (17%).

A construção da plataforma só foi possível graças ao conhecimento acumulado no RAIZ - Instituto de Investigação da Floresta e Papel durante os últimos 20 anos e à experiência dos seus técnicos e investigadores, que contaram com a colaboração de técnicos da The Navigator Company e de outras entidades florestais.



Envie-nos a sua notícia para: revista@produtoresflorestais.pt

Veja mais em: www.produtoresflorestais.pt

“TEMOS INVESTIDO MUITO NA GESTÃO DA FLORESTA”



Qual a importância da floresta no concelho de Torres Vedras?

A floresta ocupa cerca de 42% do território de Torres Vedras e desempenha um papel importante e essencial na conservação de equilíbrios fundamentais, na economia da região e na vida da comunidade. A cultura do eucalipto representa a maioria dos povoamentos florestais instalados – cerca de nove mil hectares – cuja elevada produtividade gera riqueza para milhares de proprietários e famílias, mas também para a cadeia de valor constituída por inúmeras empresas de exploração florestal sediadas no Concelho.

A nossa mancha florestal também inclui pinhais, carvalhais e bosques mediterrânicos, que constituem um eixo estratégico para o desenvolvimento territorial do Concelho.

Que desafios enfrenta o município na sua área florestal e o que tem sido feito em prol da floresta?

Os desafios prendem-se essencialmente com a resiliência do território aos incêndios florestais, a adaptação às alterações climáticas, a promoção da gestão sustentável e a valorização dos espaços florestais como ecossistemas fundamentais para a biodiversidade e conservação de espécies. Nos últimos anos, Torres Vedras tem-se afirmado nas melhores práticas ao nível nacional na gestão da floresta,

com um investimento significativo na alocação de recursos e pessoal. O último exemplo foi a inauguração este ano do Centro Municipal Florestal, onde o Gabinete Técnico Florestal desenvolve o seu trabalho em maior proximidade com o território rural e atendimento diário à comunidade. Destaco também as atividades pedagógicas e de voluntariado que envolveram cerca de 34 mil pessoas nos últimos dez anos, bem como a cedência anual de mais de cinco mil árvores e arbustos autóctones para arborização no Concelho.

Que medidas identifica como prioritárias para uma melhor floresta em Portugal?

Reconheço que algumas medidas e projetos implementados começam a apresentar resultados positivos e, por isso, importa manter essa linha orientadora, sem recuos. Mas alguns pontos podem ser melhorados, nomeadamente: o reconhecimento e valorização dos gestores e proprietários que apresentem florestas geridas de forma sustentável; o cadastro predial rústico e a regularização mais simplificada de processos de compra/venda e de heranças; a sensibilização dos proprietários para os valores de conservação dos ecossistemas; o reforço da fiscalização ativa para combater o sentimento de impunidade; a educação e sensibilização da sociedade urbana para a desmistificação de preconceitos e ideias erradas, nomeadamente sobre a floresta de crescimento rápido; a valorização da profissão de sapador florestal; e o melhor aproveitamento da biomassa florestal, com a instalação de centrais de biomassa em pontos estratégicos, para diminuir o custo de transporte dos sobrantes florestais.

AGENDA

Nota: Devido à pandemia Covid-19, os eventos culturais agendados para os próximos meses poderão ser condicionados, cancelados ou adiados para data posterior.

OUTUBRO

A edição deste ano da Galiforest/ Feira Florestal da Galiza, inicialmente prevista para junho e depois adiada para outubro, foi definitivamente remarcada para 8 a 10 de julho de 2021.

9 a 11 de outubro

- Feira Patrimónios do Sul, no Parque de Feiras e Exposições, em Beja

15 a 25 de outubro

- 41º Festival Nacional de Gastronomia, na Casa do Campino, em Santarém

24 e 25 de outubro

- Mostra de Saberes e Sabores, frente à Casa da Baía, em Setúbal

31 de outubro a 2 de novembro

- Encontro com Vinhos, no Centro de Congressos de Lisboa (à Junqueira)

NOVEMBRO

7 a 15 de novembro

- Festa da Vinha e do Vinho, em Borba

18 a 22 de novembro

- 38ª Agrovouga, no Parque de Feiras e Exposições de Aveiro

20 a 22 de novembro

- 31ª Feira do Mel e da Castanha, na Lousã

26 a 29 de novembro

- 21ª Feira do Montado, em Portel

DEZEMBRO

8 a 10 de dezembro

- FIRA – Fórum Internacional de Robótica Agrícola, em França. (Evento online com registo em <https://www.fira-agtech.com/en/registration/>)

O ATAQUE AO EUCALIPTO É INCOMPREENSÍVEL

PEDRO FERRAZ DA COSTA, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO FÓRUM PARA A COMPETITIVIDADE



Todos os sábados tomo um café a olhar para Espanha. Da porta da minha cozinha vejo, à esquerda, a Serra de Ficalho, e à direita as serras de Espanha. Serras cobertas por manchas contínuas de eucalipto, desde a Herdade da Contenda, perto de Barrancos, do lado português, e de Encinasola, do lado espanhol, até à mancha de Cabezas Rubias, a sul, e para dentro da Andaluzia, até chegar à Serra de Aracena. São os baldios explorados pelos “ayuntamientos” – dezenas de milhares de hectares bem ordenados e onde não há um fogo há 30 anos.

Grande fonte de trabalho em região de terras pobres, iguais às nossas do lado de cá do Guadiana, esta floresta de eucalipto abastece a indústria de celulose portuguesa em Setúbal. O corte e preparação para transporte, desde a retirada da mata até carregar os camiões, é um trabalho defendido pelos autarcas, e o transporte é feito por dezenas de camiões que se encarregam de transportar as 170 000 toneladas/ano que nós poderíamos produzir internamente. São 12.000 viagens (ida e volta) de camião.

Não haver fogos não é difícil – corta-fogos de cinquenta ou sessenta metros de largura, impecavelmente limpos, sem ervas ou matos, proibição de entrada no perímetro florestal depois do pôr-do-sol, equipas de sapadores florestais e vigilância aérea por duas avionetas e dois helicópteros são medidas suficientes.

Perante o abandono de centenas de milhares de hectares e a incapacidade política, não podemos augurar nada de bom para a indústria da floresta.

As zonas florestais espanholas têm como objetivo proporcionar emprego às populações locais, e conseguem fazê-lo, garantindo assim a continuidade da floresta e a sua produção de riqueza.

É para mim incompreensível o ataque ao eucalipto, e ainda menos a pouca ou nenhuma vontade de sucessivos governos defenderem a atividade junto da opinião pública. Haverá alternativa? Prefere-se ter áreas cada vez maiores de matos? Cresceram um milhão de hectares nos últimos anos e são um rastilho de fogo. Quanto às alternativas, uma visita à produção de viveiros florestais é suficiente.

Perante a quantidade irrisória de plantas de espécies autóctones e de crescimento lento, e em resposta à nossa surpresa, explicam-nos muito simplesmente que o eucalipto é a única espécie que se vende, porque, pela sua rentabilidade, permite fazer cálculos de investimento, e as outras não. As outras só se consomem para jardins e plantações, com objetivos decorativos, e em debates de televisão.

Perante o abandono de centenas de milhares de hectares e a incapacidade a que assistimos nos últimos 25 anos de integrar os serviços florestais na política agrícola, não podemos augurar nada de bom para a indústria derivada da floresta. Já há anos que arranjar resíduos para valorização energética significava desfalcar a indústria dos aglomerados da matéria-prima de que necessitava.

Ainda agora, no plano Costa Silva, se volta a falar nisso. É preciso desconhecer completamente o terreno, os declives e os custos de recolha e de transporte para ter uma ideia dessas.

FICHA TÉCNICA

Edição e coordenação:
Direção de Comunicação e Marca
Diretor: Rui Pedro Batista
Design: Brand Practice

Conteúdos: Key Message Comunicação Estratégica
Proprietário/ Editor: The Navigator Company
Morada e sede da redação: Av. Fontes Pereira de Melo, 27 1050-117 Lisboa

Impressão: Impresso em papel Soporset Premium Offset 110 g/m², tendo por base florestas com gestão responsável.
Isenta de registo na ERC ao abrigo do Dec.Reg. 8/99 de 9/6 art.12º nº1-a). Depósito Legal nº 0000/18

Periodicidade: Bimestral
Tiragem: 50 000 exemplares
Gráfica: LST_Artes Gráficas

PUBLICAÇÃO GRATUITA

RECEBA GRATUITAMENTE A REVISTA PRODUTORES FLORESTAIS



Com periodicidade bimestral, esta publicação é totalmente dedicada ao setor florestal e um apoio útil para os produtores.

Saiba o que de melhor se faz em Portugal, enriqueça o seu conhecimento e aperfeiçoe as suas práticas. Beneficie também de uma floresta mais saudável, mais produtiva e socialmente responsável.

**PRODUZA
MAIS E MELHOR!**



A subscrição é fácil.

Basta enviar um e-mail para:
revista@produtoresflorestais.pt

ou então faça a sua subscrição através do site:
www.produtoresflorestais.pt